



PC-PI

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 25/01/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **PC-PI**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 25, 28, 30 e 75.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **PC-PI** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/d3d5409e-e6e2-4c24-8e68-9939c97312bc>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/03421295-c345-4741-a30a-02634e69874f>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

QUESTÃO 01. Maria, após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse no cargo de Delegada de Polícia do Estado Delta. Ao completar 2 (dois) anos de exercício funcional, refletiu sobre distintos aspectos referentes à carreira, incluindo a promoção e, eventualmente, até mesmo um pedido de exoneração. Ao fim de suas reflexões, Maria concluiu corretamente, à luz da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, que:

- a) A exoneração somente é admitida após o decurso de 3 (três) anos, a contar da posse.
- b) A promoção somente é admitida durante o exercício funcional, não após a sua cessação.
- c) A promoção de classe deve observar apenas critérios de tempo na carreira e aperfeiçoamento.
- d) A sistemática de progressão e de promoção na carreira é prevista de forma exauriente no referido diploma normativo.
- e) Os gastos com sua formação devem ser ressarcidos proporcionalmente ao tempo de serviço caso peça exoneração naquele momento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis (Lei 14.735/2023).

A alternativa A está incorreta. Não há necessidade do transcurso de 3 anos para pedir exoneração. Ninguém é obrigado a ocupar cargo público sem a sua anuência. O que a Lei Orgânica Nacional dispõe é que se o servidor pedir exoneração antes de 3 anos, deve ressarcir o erário com os gastos com sua formação. Conforme art. 24, § 1º, da LONPC: “§ 1º O servidor que pedir exoneração antes de completar 3 (três) anos de exercício deve ressarcir ao erário competente os gastos com sua formação, proporcionalmente ao tempo de serviço.”

A alternativa B está incorreta. A promoção pode ser realizada inclusive post mortem. Conforme art. 24, § 2º, da LONPC: “§ 2º As promoções dos policiais civis ocorrerão com base nos critérios de antiguidade, de tempo de serviço na carreira e de merecimento e podem, inclusive, ser realizadas post mortem, conforme disposto em lei específica do respectivo ente federativo.”

A alternativa C está incorreta. Também deve observar o critério de merecimento. Conforme art. 24, § 4º, da LONPC: “§ 4º As promoções de classes nos cargos da polícia civil devem ser estabelecidas pelos critérios definidos em lei específica, como tempo na carreira, aperfeiçoamento e merecimento.”

A alternativa D está incorreta. Pode haver outros critérios mais benéficos. Conforme art. 24, § 6º, da LONPC: “§ 6º A lei do respectivo ente federativo pode dispor sobre outros critérios de promoção mais benéficos que os previstos nesta Lei.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 24, § 1º, da LONPC: “§ 1º O servidor que pedir exoneração antes de completar 3 (três) anos de exercício deve ressarcir ao erário competente os gastos com sua formação, proporcionalmente ao tempo de serviço.”

QUESTÃO 02. Um Delegado de Polícia do Estado Alfa entendia que a existência de uma cooperação institucional da Polícia Civil com o Ministério Público seria muito proveitosa para ambas as estruturas, que poderiam compartilhar expertise em temas específicos, além de uniformizar práticas e procedimentos em prol do interesse público. Ao submeter suas reflexões à Chefia, de modo a estimular a celebração de acordos em temas específicos, foi corretamente esclarecido ao Delegado de Polícia que a Polícia Civil:

a) Carece de personalidade jurídica, logo, somente a Chefia do Poder Executivo pode celebrar o ajuste almejado.

b) Tem competência para celebrar acordos de cooperação mútua, não só com o Ministério Público, como também com o Poder Judiciário.

c) Integra o Poder Executivo juntamente com o Ministério Público, logo, a cooperação deve decorrer de uma determinação da chefia comum, não de acordos.

d) Pode celebrar acordos que tenham por objetivo apoiar, contribuir e cooperar com o Ministério Público, o que deve ser feito ad referendum do Chefe do Poder Executivo.

e) Está sujeita ao controle externo do Ministério Público, logo, em razão dessa subordinação, deve cumprir as determinações que lhe sejam encaminhadas, o que é incompatível com acordos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei 14.735/2023).

A alternativa A está incorreta. Embora a Polícia Civil seja órgão do poder executivo, não há essa restrição. A própria lei nacional estabelece a possibilidade de celebração de acordos de cooperação mútua. Conforme art. 6º, X, da LONPC: “Art. 6º Compete à polícia civil, ressalvadas a competência da União e as infrações penais militares, executar privativamente as funções de polícia judiciária civil e de apuração de infrações penais, a serem materializadas em inquérito policial ou em outro procedimento de investigação, e, especificamente: X - apoiar, contribuir e cooperar com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, mediante acordos de cooperação mútua, nos limites de suas competências constitucionais e legais;” Em complemento, o § 2º do mesmo dispositivo: “§ 2º É admitida a celebração de convênios, de acordos de cooperação técnica, de ajustes ou de instrumentos congêneres com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras para a execução e o aperfeiçoamento de suas

atividades, com inclusão, de forma paritária, de representantes de todos os cargos policiais, ressalvadas as atribuições próprias de cada cargo.”

A alternativa B está correta, conforme art. 6º, X, da LONPC, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. O Ministério Público não integra o Executivo. Trata-se de instituição dotada de autonomia garantida pelo art. 127 da CF/88: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A alternativa D está incorreta. Não há necessidade de referendo do chefe do Poder Executivo. A LONPC não possui qualquer disposição nesse sentido.

A alternativa E está incorreta. A LONPC traz expressamente a possibilidade de celebração de acordos de cooperação mútua, não havendo de se falar em subordinação ao Ministério Público. Vide comentários das letras A e B.

QUESTÃO 03. Assinale a afirmativa que apresenta corretamente a definição da Mata dos Cocais no Piauí.

a) Área de transição entre os ambientes urbanos e a Floresta Amazônica, caracterizada por formações vegetais marcadamente diferenciadas, incluindo a Caatinga.

b) Conjunto ecológico da Caatinga, caracterizado por baixa diversidade biológica, reduzida variação de espécies de fauna e estrutura ambiental uniforme.

c) Interespaço localizado entre os estados do Piauí e da Bahia, caracterizado predominantemente pela ocorrência de palmeiras, como o babaçu e a carnaúba.

d) Floresta secundária resultante de processos de ocupação e desmatamento anteriores, localizada entre o clima subúmido amazônico e o semiárido nordestino.

e) Região de preservação ambiental, livre de atividades extrativistas e de intervenção humana, cuja vegetação integra elementos do Cerrado, da Caatinga e da Amazônia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Vegetação do Piauí.

A alternativa A está incorreta. É uma mata de transição entre Amazônia, a Caatinga e o Cerrado, e não entre “ambientes urbanos e a Floresta Amazônica”. Conforme a doutrina: “As áreas de transição entre dois ou mais tipos de vegetação são chamadas de biomas ecótonos, como, por exemplo, a Mata dos Cocais, que se encontra na região Nordeste do país, especificamente entre a Amazônia, a Caatinga e o Cerrado. A Mata de Cocais expande-se pelos estados do Piauí, Ceará, parte do Estado do Maranhão, Pará e norte do Tocantins.”. (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 6.4 Vegetação - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. A Caatinga é caracterizada por alta diversidade biológica e elevada variação de espécies de fauna. As vegetações típicas da Mata dos Cocais são: babaçu (em maior quantidade), carnaúba, oiticica e buriti. Por ser uma mata de transição, a fauna das Mata dos Cocais é muito diversa com presença de animais dos biomas da Amazônia, Caatinga e Cerrado. Apresenta diversas espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, insetos, onde se destacam a arara-vermelha, gavião-rei, ariranha, gato-do-mato, macaco-prego, lobo-guará, boto, jacu, paca, cotias, acará-bandeira, dentre outros.

A alternativa C está incorreta. A Mata dos Cocais não chega na Bahia. Ela se expande pelos estados do Piauí, Ceará, parte do Estado do Maranhão, Pará e norte do Tocantins. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa D está correta. A Mata dos Cocais é considerada uma floresta secundária, posto que esse ecossistema surgiu de desmatamento anteriores. De acordo com a doutrina: “A Mata dos Cocais representa um dos ecossistemas brasileiros situado no Nordeste do país (Meio-Norte do Brasil), entre os biomas da Amazônia, a Oeste; a Caatinga, a Leste; e o Cerrado, ao Sul. O local corresponde a menos de 3% do território do país e vem sofrendo com o desmatamento para a criação de pastagens para pecuária e, sobretudo, pela cultura da soja, que aumenta a cada ano. Com isso, diversas espécies (algumas endêmicas) estão perdendo seu hábitat e correm o risco de extinção.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 6.4 Vegetação - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está incorreta. Na Mata dos Cocais há sim atividade extrativista. Conforme a doutrina: “O nome desse ecossistema é devido à presença de muitos cocais, e o extrativismo vegetal é a principal fonte de renda de muitas famílias. Nesse tipo de vegetação, espécies de palmeiras como a carnaúba, o babaçu, o buriti e a buritirana são predominantes.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 6.4 Vegetação - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 04. Determinado policial civil do Estado do Piauí foi acusado da prática de infração disciplinar em notícia encaminhada por um popular pelos canais adequados. Ao analisar os balizamentos formais a serem observados no processo administrativo disciplinar que poderia vir a responder, o policial civil concluiu, corretamente, à luz do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, que:

- a) Está sujeito ao controle finalístico do Ministério Público do Estado.**
- b) Deve ser instaurado, instruído e decidido integralmente no âmbito da Polícia Civil.**
- c) É inaugurado por sindicância, que pode, ou não, dar origem a processo administrativo ordinário.**
- d) Está sujeito ao controle finalístico da Procuradoria-Geral do Estado, quando não presidido por Procurador do Estado.**
- e) Deve ser decidido pelo Procurador-Geral do Estado, salvo se a sanção a ser aplicada for a de demissão, de competência privativa do Governador do Estado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 37/2004).

A alternativa A está incorreta. O controle finalístico é feito pela Procuradoria-Geral do Estado. Conforme art. 62, III, da LC 37/2004: “Art. 62. O processo administrativo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: III – controle finalístico da Procuradoria-Geral do Estado, consistindo em manifestação da consultoria jurídica no prazo máximo de 10 (dez) dias;”

A alternativa B está incorreta. Há participação da PGE, de modo que não é possível afirmar que tudo é feito integralmente no âmbito da polícia civil. Conforme art. 63, caput e parágrafo único, da LC 37/2004: “Art. 63. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à Procuradoria-Geral do Estado para manifestação sobre a legalidade do processo. Parágrafo único. Após a manifestação da Procuradoria, os autos do processo disciplinar serão encaminhados à autoridade competente para o julgamento.”

A alternativa C está incorreta. A inauguração do PAD se dá por meio da instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão. Conforme art. 62, I, da LC 37/2004: “Art. 62. O processo administrativo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;”

A alternativa D está correta. Conforme art. 62, § 2º, da LC 37/2004: “§ 2º Quando presidido por Procurador do Estado, o processo administrativo disciplinar não compreenderá a fase do controle finalístico, não se aplicando o disposto no artigo seguinte.”

A alternativa E está incorreta. Não há decisão pela Procuradoria Geral do Estado. A PGE apenas se manifesta sobre a legalidade do processo e encaminha à autoridade competente para julgar, conforme art. 63, parágrafo único, da LC 37/2004, vide comentário da letra B.

QUESTÃO 05. Leia o trecho a seguir, extraído do relato de João da Maia da Gama, governador do Estado do Maranhão e Pará entre os anos de 1722 e 1728.

“Todas estas terras eram domicílio do gentio que meti de paz e que, anteriormente, assaltava os comboios e matava muita gente sem embargo de irem armados e com tropa, o que fazia intratável a comunicação do Piauí com o Maranhão e com as fazendas de todas as margens do Parnaíba.” (Adaptado de: Diário da viagem de regresso para o reino de João da Mala da Gama e de inspeção das barras dos rios do Maranhão e das capitanias do norte, em 1728, p. 13).

Assinale a opção que apresenta corretamente a relação entre a interiorização do território do Piauí durante o período colonial e o conceito de pacificação.

a) As alianças entre indígenas e holandeses, principais rivais do domínio português no sertão piauiense, foram decisivas para pacificar a situação e interiorizar o território.

b) As ambições dos portugueses de ocupar terras no interior para a pecuária enfrentavam resistência indígena, sendo a guerra utilizada como justificativa para pacificar os nativos.

c) As descobertas de minas no interior fizeram com que os bandeirantes recrutassem nativos aliados para apresentar a região e pacificar possíveis conflitos com indígenas rebeldes.

d) As expedições portuguesas para o interior eram para capturar indígenas para escravizá-los nas plantações de cana da região, alegando pacificar seus comportamentos através do trabalho.

e) As missões jesuíticas, voltadas à catequese, buscavam promover a pacificação dos indígenas, afastando-os da influência portuguesa e concedendo-lhes autonomia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Povoamento e Formação Territorial do Piauí.

A alternativa A está incorreta. A interiorização do território piauiense não se deu por alianças entre indígenas e holandeses. Não há relatos disso. Na verdade, a interiorização ocorreu pela via da pecuária. Conforme a doutrina: “A pecuária nordestina foi impulsionada pela descoberta de ouro nas minas de Vila Rica. O Piauí, no século XVIII, abastecia do Maranhão às Minas Gerais. Foi o transporte do gado que abriu estradas para levar os animais para as feiras baianas ou mineiras, onde eram negociados a preços altos. Essas estradas foram importantes para conectar por terra o interior do Nordeste brasileiro ao Sudeste. Havia os caminhos dos tropeiros e havia a navegação pelo rio São Francisco, por onde passavam os principais fluxos de tropas.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 3.2 Povoamento e Formação Territorial - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está correta. A interiorização do Piauí no período colonial esteve associada ao avanço da pecuária e à ocupação de terras do interior, processo que encontrou forte resistência indígena. Nesse contexto, a chamada “pacificação” foi frequentemente utilizada como justificativa ideológica para a guerra e a repressão, visando submeter os povos nativos e viabilizar a expansão do domínio português. Vide comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Não há qualquer relato na doutrina nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. As expedições portuguesas para o interior eram para expandir a pecuária e ocupar o território. O objetivo principal não era escravizar indígenas, e sua pacificação se deu através das missões jesuítas, vide comentário da alternativa E.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, a catequese dos indígenas visava “pacificá-los”, colocando-os cada vez mais sobre a influência dos portugueses. A ideia era influenciá-los pela cultura portuguesa para que perdessem o pouco de autonomia que ainda lhes restava. De acordo com a doutrina: “As missões jesuíticas vieram catequizar os nativos, para isso construíram seus templos e escolas, chamados de missões, aldeamentos ou reduções, onde também ensinavam atividades extrativistas e agropecuárias aos indígenas, que puderam se tornar vaqueiros. Assim, os jesuítas tocaram as fazendas de gado e contribuíram muito para o desenvolvimento da sociedade do couro piauiense. Havia também aldeamentos feitos por colonos, normalmente supervisionados por uma ordem religiosa, especialmente pelos jesuítas.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 3.2 Povoamento e Formação Territorial - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 06. Um integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado do Piauí sugeriu, em uma reunião, que deveria ser promovida uma reorganização de sua estrutura básica, a começar pelo Conselho Superior da Polícia Civil. Ao seu ver, esse órgão deveria sofrer alterações em relação à escolha dos seus membros, de modo a inserir referenciais democráticos. À luz da sistemática legal vigente, um dos participantes da reunião observou corretamente que:

a) A estrutura do referido órgão e o critério de escolha dos seus integrantes devem ser previstos em decreto do Governador do Estado.

b) O referido órgão não foi contemplado no Estatuto da Polícia Civil, o que não obsta que resolução do Delegado Geral venha a prevê-lo.

c) A composição do referido órgão é integralmente eletiva, de modo a assegurar a legitimidade democrática dos seus integrantes, todos policiais civis.

d) O referido órgão é composto apenas por membros natos, atuando como instância de revisão das decisões administrativas tomadas pelas demais estruturas.

e) O referido órgão é integrado por membros natos e membros eleitos, sendo que estes últimos podem perder o mandato caso não participem do quantitativo de sessões previsto em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 37/2004).

A alternativa A está incorreta. Os critérios de escolha dos membros já constam expressamente no Estatuto da Polícia Civil do Estado, vide comentário das alternativas C, D e E.

A alternativa B está incorreta. O Conselho Superior da Polícia Civil vem expressamente previsto no Estatuto da Polícia Civil do Estado, em seus artigos 71 e 72, vide comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. O Conselho Superior da Polícia Civil também tem membros natos, conforme art. 71, I, da LC 37/2004: “Art. 71. O Conselho Superior de Polícia Civil do Estado do Piauí, órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo da Polícia Civil, tem por finalidade propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas à administração superior da Polícia Civil e é composto pelos seguintes membros: I – Natos: a) o Delegado-geral da Polícia Civil, que o presidirá; b) o Delegado-geral adjunto da Polícia Civil; c) o Corregedor-geral da Polícia Civil; d) o Diretor da Academia de Polícia Civil; e) o Perito-geral do Departamento de Polícia científica; f) o Perito-geral adjunto do Departamento de Polícia científica; g) os demais diretores subordinados ao Delegado-geral;”.

A alternativa D está incorreta. O Conselho Superior da Polícia Civil também tem membros eleitos, conforme art. 71, II, da LC 37/2004: “Art. 71. O Conselho Superior de Polícia Civil do Estado do Piauí, órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo da Polícia Civil, tem por finalidade propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas à administração superior da Polícia Civil e é composto pelos seguintes membros: II – eleitos, 4 (quatro) representantes dos policiais civis, com os respectivos suplentes, indicados por suas entidades sindicais representativas, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 71, I e II, e parágrafo único, da LC 37/2004: “O Conselho Superior da Polícia Civil também tem membros natos, conforme art. 71, I, da LC 37/2004: “Art. 71. O Conselho Superior de Polícia Civil do Estado do Piauí, órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo da Polícia Civil, tem por finalidade propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas à administração superior da Polícia Civil e é composto pelos seguintes membros: I – Natos: (...); II – eleitos, (...); Parágrafo único. Perde automaticamente o mandato o conselheiro eleito que faltar, sem justificativa, a três sessões plenárias consecutivas ou a seis intercaladas por ano de exercício.”

QUESTÃO 07. Leia o trecho a seguir.

“Entre 2000 e 2020, o IDH do Piauí cresceu de 0,480 para 0,710, aproximando-se da média nacional e alcançando o nível de “alto desenvolvimento humano”. Este progresso pode ser atribuído a investimentos em educação, melhorias na saúde, investimentos em infraestrutura, como a expansão da malha rodoviária, da cobertura de internet e da produção de energias renováveis, além da promoção de políticas públicas inclusivas que buscam reduzir as desigualdades de raça, etnia e gênero e garantir o acesso equitativo a oportunidades econômicas.” (Fonte: Medidas de desenvolvimento humano e políticas públicas no Piauí, 2000/2024. Brasília, dezembro de 2024, p. 15).

Com base na leitura do trecho, assinale a opção que apresenta corretamente uma medida adotada pelo estado que contribuiu para a elevação do índice de Desenvolvimento Humano.

a) Ampliação de políticas públicas de saúde, com investimentos em atenção pré-natal, o que possibilitou reduzir a mortalidade materna e elevar a expectativa de vida ao nascer.

b) Consumo de energia renovável proveniente de outros estados para suprir a ausência de capacidade de geração própria do Piauí, o que permitiu ampliar o acesso à energia elétrica entre a população.

c) Expansão das rodovias federais e estaduais, melhoria das estradas existentes e a ampliação de investimentos em outros modais de transporte, o que fortaleceu a integração regional e o desenvolvimento econômico.

d) Garantia de cobertura da rede móvel 4G em todo o estado, incluindo as zonas rurais, o que resultou na universalidade da conectividade significativa entre os segmentos mais vulneráveis da população.

e) Manutenção dos incentivos para preservar a predominância de empresas de grande porte, o que ampliou a formalidade no mercado de trabalho e reduziu a dependência de políticas assistenciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema População do Piauí.

A alternativa A está correta. O IDH tem uma variação em uma escala de 0 a 1, que posiciona determinada região em quatro categorias distintas: muito alto, alto, médio e baixo. Assim, o número mais próximo de 1 é considerado mais elevado, e o mais próximo do zero, o mais baixo IDH. A região que apresenta valor menor que 0,550 é considerada de baixo desenvolvimento humano; entre 0,550 e 0,699, de médio desenvolvimento humano; entre 0,700 e 0,799 são consideradas de alto desenvolvimento humano; acima de 0,800 são regiões de desenvolvimento humano muito alto. O texto atribui a elevação do IDH do Piauí a investimentos em educação, saúde e políticas públicas inclusivas. A alternativa (A) dialoga diretamente com esse diagnóstico ao destacar políticas de saúde, especialmente a atenção pré-natal, que impacta indicadores centrais do IDH, como expectativa de vida ao nascer e mortalidade, compondo o eixo longevidade do índice. Portanto:

As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas, pois o texto não se direciona nesse sentido.

QUESTÃO 08. Leia a pesquisa a seguir sobre os casos de feminicídio no estado do Piauí durante a pandemia de COVID-19.

“Observando o recorte racial e a faixa etária da vítima de feminicídio em 2020, nota-se que mais de 80% eram negras, 32,2% tinham entre 20 e 29 anos e a idade média da vítima é 37 anos. Um elemento que se fez notar é a presença das mulheres negras vítimas de feminicídio em todas as faixas etárias, em contraste com as não negras. A partir da fase de distanciamento social, é possível observar comportamentos distintos nos feminicídios, considerando os casos da capital e do interior. Na capital, a maior incidência proporcional ocorreu na fase mais restritiva do distanciamento social (50%), enquanto no interior, o aumento da incidência se deu durante a flexibilização do distanciamento social (56%). Observando o tipo de instrumento utilizado para o assassinato e o recorte racial da vítima identificamos que, entre as mulheres negras, houve uma maior variação de instrumentos, em comparação com as mulheres não negras. Quanto à classificação racial, o estudo revelou que aproximadamente 82% dos autores eram negros. A residência foi o local preponderante do feminicídio em 2020, representando aproximadamente 74% dos casos registrados, tanto na capital (83,3%), quanto no interior (72%).” (Adaptado de ALBUQUERQUE, Rossana e João Marcelo Aguiar. "Espaço da Casa, Cenário da Morte: Uma Abordagem Interseccional sobre os Feminicídios no Estado do Piauí no Contexto da Pandemia*. Revisto Latino-Americano de Geográfico e Gênero, v. 12, n. 2).

Com base na leitura do trecho, assinale a opção que apresenta corretamente a interpretação dos dados sobre feminicídio no estado do Piauí.

a) O pertencimento ao gênero masculino dos autores dos crimes indica a existência de uma uniformidade em seus comportamentos machistas, de modo que a dimensão de gênero se revela o fator principal para explicar o fenômeno.

b) A diferença temporal entre capital e interior, com maior incidência na fase restritiva na capital e durante a flexibilização no interior, indica que as dinâmicas do feminicídio variam conforme contexto social e territorial.

c) A predominância do feminicídio no ambiente residencial indica tratar-se de um fenômeno essencialmente doméstico, relacionado sobretudo a dinâmicas interpessoais de caráter afetivo-relacional, em detrimento de fatores estruturais.

d) A preponderância de autores e vítimas afrodescendentes evidencia que o problema possui dimensão racial específica desse grupo social, devendo ser compreendido como manifestação de racismo.

e) A variação do instrumento utilizado indica diferenças no modo de perpetrar a violência, mostrando que os corpos de mulheres afrodescendentes são mais violados e resistentes à dor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Feminicídio.

A alternativa A está incorreta. Não há de se falar em uniformidade de comportamentos machistas. Pelo contrário, os comportamentos machistas são os mais diversos possíveis.

A alternativa B está correta. O texto apresentado pelo enunciado evidencia variações espaciais e temporais nos casos de feminicídio durante a pandemia, ao comparar capital e interior e relacionar os picos de incidência às fases do distanciamento social (mais restritiva na capital e de flexibilização no interior). Tal problemática se demonstra relevante de modo estadual (bem como nacional), mas com agravantes distintos em determinadas localidades. Essa leitura indica que as dinâmicas do feminicídio dependem do contexto social e territorial, exatamente como afirma a alternativa B.

A alternativa C está incorreta. Conforme o texto apresentado, de fato, a residência foi o local preponderante do feminicídio em 2020. No entanto, não se pode falar em “detrimento de fatores estruturais”, pois é justamente toda a estrutura social do machismo que influencia no aumento de tais crimes.

A alternativa D está incorreta. De fato, o texto mostra a preponderância de autores e vítimas afrodescendentes, ao dizer, logo no início, que mais de 80% das vítimas eram negras, bem como que aproximadamente 82% dos autores eram negros. No entanto, o feminicídio não é entendido como manifestação de racismo, pois ocorre também em outras raças e etnias.

A alternativa E está incorreta. De fato, o estudo mostrou que entre as mulheres negras, houve uma maior variação de instrumentos. No entanto, isso não significa dizer que elas são mais resistentes à dor. O texto não afirma isso.

QUESTÃO 09. “A urbanização de bairros da periferia de Teresina pode ser uma alternativa no combate à criminalidade. (...) Vila Jerusalém e Vila da Paz, hoje em Teresina concentram altos índices de crimes como tráfico, roubo, furto e homicídio. O foco será o público jovem que, segundo estatísticas da secretaria de segurança, são as maiores vítimas da violência urbana.” (Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/urbanizacao-da-periferia-pode-ser-solucao-a-criminalidade>. Acesso: 11 Dez. 2025).

A exposição a violência para a população da faixa etária citada, ocorre pelos seguintes problemas:

- I. Estrutura de cultura e lazer sedutora que desestimula a frequência escolar.
- II. Despesas elevadas com educação que impedem gastos públicos em habitação.
- III. Recursos insuficientes em segurança pública para combate ao crime organizado.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Violência Urbana no Piauí.

O Item I está incorreto. O item não possui qualquer relação com a temática, introduzindo uma interpretação extrapolada das políticas urbanas e educacionais.

O Item II está incorreto. O item introduz uma interpretação contraditória às políticas urbanas e educacionais, tendo em vista que uma das políticas públicas de combate à criminalidade é justamente investir na educação dos jovens.

O Item III está correto. O item dialoga corretamente com a necessidade de políticas públicas de segurança mais eficazes ao apontar recursos insuficientes em segurança pública como fator relevante para o enfrentamento do crime organizado.

QUESTÃO 10. “Segundo o IBGE e outros, a divisão político-administrativa (DPA) do Brasil é a forma como o país é organizado em níveis de governo para facilitar a administração, compreendendo a União, os Estados (com o Distrito Federal), os Municípios e, dentro destes, os Distritos e Subdistritos; é uma estrutura que reflete a federação brasileira, onde cada ente tem autonomia, mas com responsabilidades definidas pela Constituição Federal.” (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/(Adaptado).

Sobre o tipo de divisão apresentada no texto, referente ao estado do Piauí, julgue os itens a seguir.

() É uma Unidade Federativa formada por 224 distritos.

() Está organizado em 4 macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Semiárido, Cerrado.

() Apresenta 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs) voltados para planejamento socioambiental.

a) V, V, V

b) F, V, F

c) V, F, V

d) V, V, F

e) F, V, V

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Localização e Aspectos Gerais do Piauí.

O Item I está incorreto. O Piauí não é formado por 224 distritos, mas por 224 municípios, conforme a divisão político-administrativa oficial do IBGE. Conforme a doutrina: “O Piauí possui 224 municípios, dos quais dezesseis concentram a metade da população do estado. Os mais populosos são Teresina, com 866.300 habitantes, Parnaíba, com 162.159, Picos, com 83.090, Piripiri, com 65.450, e Floriano, com 62.036.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2 Localização e Aspectos Gerais do Piauí - Livro Digital Interativo).

O Item II está correto. De fato, o estado do Piauí está organizado em quatro macrorregiões – Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado – utilizadas para fins de planejamento e análise regional. Conforme a doutrina: “Essa regionalização transcende os limites político-administrativos do Estado do Piauí, abrangendo parte do leste do Estado do Maranhão e parte do noroeste do Estado do Ceará, reforçando a prevalência dos critérios físico-ambientais em sua instituição. São quatro Macrorregiões divididas em 12 Territórios de Desenvolvimento.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2 Localização e Aspectos Gerais do Piauí - Livro Digital Interativo).

O Item III está incorreto. Conforme a doutrina: “Em 2017, foi instituída mais uma região – a do Vale do Rio Itaim – decorrente do desmembramento da região do Vale do Rio Guaribas, de modo que o Piauí conta, atualmente, com 12 Macrorregiões administrativas. Elas foram definidas a partir de critérios ambientais, econômicos, político-administrativos, além de conexões geográficas com referência na malha viária, e são divididas em aglomerados municipais menores.” (Aspectos Históricos e Geográficos do Piauí PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2 Localização e Aspectos Gerais do Piauí - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 11. “O Favela F5 é uma iniciativa da Central Única das Favelas do Piauí (Cufa-PI) que busca integrar comunidades da região da Grande Santa Maria da Codipi e do Grande Dirceu. O

evento contará com emissão de documentos, atendimento médico, práticas integrativas como aromaterapia, apresentações artísticas, além da exposição de serviços digitais e tecnológicos.” (Disponível em: <https://www.pi.gov.br/governo-leva-inclusao-digital-e-transformacao-social-ao-favela-f5-nos-dias-14-e-15/> (Adaptado).

Com base nas possíveis implicações sociais da iniciativa apresentada, analise as afirmativas:

I. A oferta de serviços facilita o acesso de moradores a benefícios sociais, inclusive na área da segurança pública.

II. As atividades integrativas tendem a fortalecer o sentimento de pertencimento e a integração cultural entre as comunidades participantes.

III. A exposição de atividades ligadas à informática objetiva substituir totalmente a necessidade de atendimento presencial nas comunidades da região.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas

b) II, apenas

c) III, apenas

d) I e II, apenas

e) I e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Favelas e Urbanização no Piauí.

O Item I está correto. A iniciativa Favela F5 amplia o acesso a serviços públicos e sociais, como emissão de documentos, atendimento médico e serviços digitais, o que contribui para o exercício da cidadania e repercute positivamente inclusive na segurança pública.

O Item II está correto. As atividades integrativas e culturais descritas no texto fortalecem o sentimento de pertencimento e promovem a integração sociocultural entre as comunidades envolvidas.

O Item III está incorreto. Não há no texto indicação de que ações digitais tenham o objetivo de substituir totalmente o atendimento presencial; trata-se de uma estratégia complementar, não excludente.

QUESTÃO 12. “A política de segurança pública do Piauí é regida pela Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) e tem como principal iniciativa o programa Pacto Pela Ordem.” (Disponível em: <https://www.ssp.pi.gov.br/pactopelaordem/> Acesso: 11 Dez. 2025).

A política pública apresentada é pautada num pacote de medidas que visa:

- () Endurecer o combate ao crime com foco no fortalecimento das instituições de segurança.**
- () Integrar as forças policiais existentes com uso de tecnologia, inovação e inteligência no combate à criminalidade.**
- () Fortalecendo a atuação das forças de segurança promovendo sensação concreta de proteção para a população piauiense.**

As afirmativas são, respectivamente:

- a) V, V, V**
- b) V, F, V**
- c) V, V, F**
- d) F, V, F**
- e) F, V, V**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política de Segurança Pública do Piauí.

O Item I está correto. O eixo central da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Piauí (PESPDS) se estrutura em um conjunto integrado de medidas. De fato, o texto aponta o endurecimento do combate ao crime com fortalecimento institucional.

O Item II está correto. O PESPDS busca a integração das forças policiais com uso de tecnologia, inovação e inteligência. Objetiva-se promover a atuação conjunta, coordenada e integrada entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), que inclui a Polícia Militar (PM-PI), Polícia Civil (PC-PI), Corpo de Bombeiros Militar, e a Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), por meio da Polícia Penal, além de outras instituições estaduais.

O Item III está correto. De fato, o PESPDS tem como um de seus objetivos o reforço da atuação policial para ampliar a sensação concreta de proteção da população. Busca-se, até 2030, uma diminuição significativa dos índices de criminalidade em todo o Estado do Piauí.

QUESTÃO 13. De acordo com o artigo 129 da Constituição Federal, estão entre as funções institucionais do Ministério Público: a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; b) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar; c) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais. Todavia, atualmente, o Ministério

Público também exerce diretamente poder investigatório, instaurando e presidindo seus próprios procedimentos investigatórios criminais.

Acerca dessa temática, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o poder investigatório do Ministério Público, assinale a opção correta.

a) O artigo 18 do Código de Processo Penal (“Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”) não se aplica aos procedimentos investigatórios criminais instaurados pelo Ministério Público.

b) Os procedimentos investigatórios criminais do Ministério Público não devem observar os mesmos prazos e regramentos previstos para a conclusão de inquéritos policiais.

c) As investigações realizadas pelo Ministério Público não estão sujeitas ao controle judicial, em razão da independência funcional assegurada aos membros do Ministério Público.

d) A instauração de procedimento investigatório pelo Ministério Público deverá ser motivada sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou sempre que mortes ou ferimentos graves ocorrerem em virtude da utilização de armas de fogo por esses mesmos agentes. Havendo representação ao Ministério Público, a não instauração do procedimento investigatório deverá ser sempre motivada.

e) Nos procedimentos investigatórios criminais do Ministério Público, não se exige a comunicação imediata ao juiz competente sobre a instauração e o encerramento do procedimento investigatório, uma vez que o próprio Ministério Público faz o controle de legalidade sobre o início e o encerramento da investigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o alcance dos poderes investigatórios do Ministério Público.

A alternativa D está correta. O STF fixou que, sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou quando mortes ou ferimentos graves ocorrerem por uso de armas de fogo por esses agentes, a instauração do procedimento investigatório pelo Ministério Público deve ser motivada. Havendo representação ao MP, a não instauração também deve ser motivada. Essa diretriz integra o conjunto de parâmetros que regem o PIC, assegurando controle e transparência da atuação ministerial nesses casos sensíveis. A Constituição Federal dispõe: “Art. 129: São funções institucionais do Ministério Público: I — promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; [...] VII — exercer o controle externo da atividade policial; VIII — requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.”. No julgamento conjunto das ADIs 2.943, 3.309 e 3.318, o STF consolidou o entendimento sobre o tema, fixando a seguinte tese: (STF — ADI 2943 DF) “1. O Ministério Público dispõe de atribuição concorrente para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado. Devem ser observadas sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais

da advocacia, sem prejuízo da possibilidade do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição (tema 184);[...] 3. A instauração de procedimento investigatório pelo Ministério Público deverá ser motivada sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou sempre que mortes ou ferimentos graves ocorram em virtude da utilização de armas de fogo por esses mesmos agentes. Havendo representação ao Ministério Público, a não instauração do procedimento investigatório deverá ser sempre motivada;[...]"

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. José é delegado de polícia civil no Estado Alfa. Na delegacia em que José atua, há um inquérito policial em tramitação que tem como indiciados Luís e Maria, ambos servidores públicos do Estado Alfa. O referido inquérito apura a prática dos crimes de peculato e de emprego irregular de verbas ou rendas públicas. José teve conhecimento de que também há um procedimento em curso no Tribunal de Contas do Estado Alfa contra Luís e Maria, que investiga a prática de irregularidades por estes servidores públicos, as quais teriam causado prejuízo ao erário público. Todavia, José tem dúvidas acerca das funções exercidas pelos tribunais de contas no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, consulta João, seu amigo constitucionalista, para melhor compreender as funções dos tribunais de contas.

Acerca dessa temática, considerando os dispositivos constitucionais aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

b) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades e ilegalidades perante os tribunais de contas.

c) As decisões dos Tribunais de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

d) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não são obrigados a dar ciência ao respectivo tribunal de contas, uma vez que podem realizar suas próprias investigações internas.

e) Caso determinado agente público sofra sanções administrativas do Tribunal de Contas, ele não pode ser punido pelos mesmos fatos na esfera criminal, sob pena de violação ao princípio do *non bis in idem*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda as funções constitucionais dos Tribunais de Contas e a legitimidade para provocar o controle externo.

A alternativa B está correta. A Constituição Federal confere legitimidade ampla para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, abrangendo qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato. Por força do art. 75 da Constituição, esse modelo se aplica, por simetria, aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal dispõe: “Art. 74. [...] § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. “[...] A separação entre as funções de acusar, defender e julgar é o signo essencial do sistema acusatório de processo penal (Art. 129, I, CRFB), tornando a atuação do Judiciário na fase pré-processual somente admissível com o propósito de proteger as garantias fundamentais dos investigados” (Supremo Tribunal Federal, ADI 4414, Relator Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 31/05/2012). A Lei nº 13.964 de 2019 instituiu a figura do juiz das garantias no processo penal brasileiro. De acordo com o art. 3º-B do Código de Processo Penal, “o juiz das garantias é o responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário”. Assim, a instituição do juiz das garantias reforça e promove diversos direitos e garantias fundamentais na investigação penal e no processo penal.

Nesse sentido, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o juiz das garantias, assinale a opção correta.

a) A competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia.

b) A Lei nº 13.964/2019 estabeleceu uma presunção legal absoluta de parcialidade do juiz que tenha proferido decisões na fase do inquérito. Tal presunção absoluta é constitucional, pois promove o princípio da imparcialidade do magistrado. Assim, é constitucional a norma que torna impedido de julgar o juiz que tenha proferido decisões na fase do inquérito policial.

c) O juiz da ação penal, se tomar conhecimento dos autos da investigação, perde sua imparcialidade para o julgamento do mérito. Portanto, os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias não podem ser remetidos ao juiz da instrução e julgamento.

d) Com a nova sistemática do juiz das garantias, fica excluída qualquer possibilidade de controle judicial sobre o ato de arquivamento da investigação. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a eliminação do controle judicial não constitui violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, e sim promoção do princípio acusatório no processo penal.

e) A competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia, e os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o instituto do juiz das garantias e a delimitação de sua competência.

A alternativa E está correta. O STF, ao julgar a constitucionalidade da Lei nº 13.964/2019, estabeleceu que a competência do juiz das garantias termina com o oferecimento da denúncia (ou queixa), e não com o seu recebimento. Além disso, a Suprema Corte decidiu que os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias devem ser integralmente remetidos ao juiz da instrução e julgamento, garantindo que este tenha acesso a todos os elementos da fase investigativa para assegurar o contraditório e a ampla defesa. No julgamento das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o STF consolidou os seguintes fundamentos: (STF — ADI 6298 DF) “vii) declarar a inconstitucionalidade do inciso XIV do art. 3º-B do CPP, e atribuir interpretação conforme para assentar que a competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia; viii) declarar a inconstitucionalidade dos §§ 3º e 4º do art. 3º-C do CPP, e atribuir interpretação conforme para assentar que os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento; ix) declarar a inconstitucionalidade do caput do art. 3º-C do CPP e assentar que a atuação do magistrado na fase de inquérito não implica seu impedimento automático para atuar na instrução e julgamento (afastamento da presunção absoluta de parcialidade).” (Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 24/08/2023, Informativo 1106).

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 16. André, delegado de polícia, recebe uma denúncia anônima informando que um determinado indivíduo estaria comercializando entorpecentes na Rua XY. André decide se dirigir à Rua XY para verificar a denúncia. Chegando lá, André se depara com Juan portando, para fins de tráfico, 540 (quinhentos e quarenta) gramas de cocaína. Assim, André dá voz de prisão a Juan e o prende em flagrante delito. Ao revistar Juan, André encontra um aparelho celular junto com os entorpecentes.

Diante desses fatos, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) No caso, André deverá aguardar uma decisão judicial para que possa proceder à apreensão do celular de Juan, uma vez que a apreensão de aparelho celular está sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.

b) No caso, André apenas pode acessar os dados contidos no aparelho celular de Juan mediante consentimento expresso e livre de Juan.

c) No caso, André apenas pode acessar os dados contidos no aparelho celular de Juan mediante consentimento expresso e livre de Juan, ou mediante prévia decisão judicial que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência, à luz dos direitos à intimidade, à privacidade, à proteção dos dados pessoais e à autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais.

d) Enquanto não obtida decisão judicial autorizando acesso aos dados do celular de Juan, André não poderá adotar providências necessárias para a preservação dos dados e metadados contidos no aparelho celular apreendido.

e) No caso, considerando que se trata de prisão em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, delito equiparado a hediondo, André pode acessar os dados do aparelho celular de Juan independentemente de prévia autorização judicial ou de consentimento expresso e livre de Juan.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o equilíbrio entre a persecução penal e os direitos fundamentais à privacidade e à proteção de dados pessoais.

A alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal, ao pacificar a controvérsia, estabeleceu que o acesso ao conteúdo de aparelhos celulares apreendidos por ocasião de prisão em flagrante exige consentimento expresso e livre do titular ou prévia decisão judicial. Tal decisão deve ser devidamente fundamentada, demonstrando a proporcionalidade da medida e delimitando sua abrangência, em respeito à dignidade da pessoa humana e à autodeterminação informacional. A Constituição Federal dispõe: “Art. 5º, X: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas [...]; LXXIX: é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.”. Além disso, a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) estabelece em seu Art. 7º, III, o direito à “inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial”. No julgamento do ARE 1.042.075/RJ, o STF consolidou o entendimento sobre o tema, fixando a seguinte tese: (STF — ARE 1042075) “1. A mera apreensão do aparelho celular, nos termos do art. 6º do CPP ou em flagrante delito, não está sujeita à reserva de jurisdição. Contudo, o acesso aos dados nele contidos deve observar as seguintes condicionantes: [...] 1.2. Em se tratando de aparelho celular apreendido na forma do art. 6º do CPP ou por ocasião da prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados será condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial (art. 7º, III, e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.965/2014) que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência à luz de direitos fundamentais à intimidade, à privacidade, à proteção dos dados pessoais e à autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais (art. 5º, X e LXXIX, CF/88). [...] 2. A autoridade policial poderá adotar as providências necessárias para a preservação dos dados e metadados contidos no aparelho celular apreendido, antes da autorização judicial, justificando, posteriormente, as razões de referido acesso.” (Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/06/2025, Informativo 1184).

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 17. A Polícia Civil do Estado Ômega, com o auxílio da Polícia Militar do Estado Ômega, realizou uma grande operação em uma determinada área dominada por uma facção criminosa, com o objetivo de cumprir diversos mandados de prisão e de busca e apreensão. Durante a operação, houve uma troca de tiros intensa entre as forças policiais e os membros da facção criminosa. João, que morava na área onde houve a operação e que lá estava no momento da troca de tiros, foi atingido por uma bala perdida, vindo a falecer. Todavia, João não era membro da facção criminosa. Assim, os familiares de João, inconformados, ajuizaram uma ação judicial em face do Estado Ômega, a fim de que fossem indenizados pela perda de seu familiar querido.

Diante dessa situação, considerando as normas constitucionais aplicáveis ao caso e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinale a opção correta.

a) No caso, é de natureza subjetiva a responsabilidade civil do Estado, de modo que os familiares de João devem comprovar o dolo ou a culpa dos agentes de segurança que atuaram na referida operação.

b) Caso seja feita uma perícia sobre a origem do disparo que matou João e o resultado dessa perícia seja inconclusivo, fica afastada a responsabilidade civil do Estado Ômega.

c) Não se aplica ao caso em questão a Teoria do Risco Administrativo.

d) No curso do processo judicial, o Estado Ômega não terá o ônus de demonstrar a presença de excludentes de responsabilidade civil.

e) A perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal durante operações policiais militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a responsabilidade civil objetiva do Estado em operações de segurança pública.

A alternativa E está correta. O STF consolidou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de operações policiais é fundamentada na Teoria do Risco Administrativo. Segundo essa teoria, a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal não é capaz, por si só, de romper o nexo de causalidade nem de afastar o dever de indenizar. Isso ocorre porque o Estado detém o ônus de provar a existência de causas excludentes (como a culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro), não bastando a simples dúvida sobre quem efetuou o disparo durante a operação. A Constituição Federal dispõe: “Art. 37, § 6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”. No julgamento do ARE 1.385.315/RJ (Tema 1237 de Repercussão Geral), o STF fixou a seguinte tese: (STF — ARE 1385315) “(i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; (iii) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.” (Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 11/04/2024, Informativo 1132).

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 18. A intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio possuem algo em comum. Estes três institutos previstos na Constituição Federal são reservados para situações excepcionais, taxativamente previstas na Constituição. Com efeito, considerando estes três

institutos implicam certas restrições e limitações a direitos e garantias fundamentais, eles devem ser utilizados apenas nos casos expressamente previstos na Constituição e devem observar rigorosamente as regras procedimentais previstas na Constituição.

Acerca dessa temática, considerando as normas constitucionais aplicáveis, assinale a opção correta.

a) A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação. Nesta hipótese de intervenção, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.

b) É vedada a prorrogação do tempo de duração do estado de defesa.

c) O decreto que instituir o estado de defesa não poderá estabelecer restrições aos direitos de:
a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

d) A União não pode intervir nos Estados ou no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra. Neste caso, a União deve agir diretamente por meio das Forças Armadas, sem necessidade de instauração da intervenção federal.

e) Não é admitida a decretação de estado de sítio em caso de comoção grave de repercussão nacional ou de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o sistema de crises constitucionais, especificamente as hipóteses e procedimentos da Intervenção Federal, do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, conforme previstos no Título V da Constituição Federal de 1988.

A alternativa A está correta. De acordo com o texto constitucional, a União pode intervir nos Estados ou no Distrito Federal para assegurar que os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário locais possam ser exercidos livremente. No entanto, para preservar a separação dos poderes, a intervenção não ocorre de ofício: se o impedimento recair sobre o Judiciário, o Presidente da República só poderá decretar a medida mediante requisição do Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição Federal dispõe: “Art. 34: A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: [...] IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;” “Art. 36: A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 19. Os dirigentes de associações de delegados de polícia civil dos Estados Alfa, Ômega e Beta se reuniram para discutir os possíveis impactos da Proposta de Emenda à Constituição nº XXX. A PEC nº XXX faz diversas alterações no modelo de segurança pública concebido pela Constituição Federal de 1988, revendo novas atribuições e funções para os órgãos de segurança pública já existentes, e também criando novos órgãos de segurança pública. Os dirigentes das associações temem que a referida PEC enfraqueça as polícias civis, retirando delas diversas atribuições relevantes. Assim, desejam saber quais são os limites e possibilidades do controle de constitucionalidade das emendas à Constituição, para que possam tomar as medidas cabíveis caso a PEC seja promulgada pelo Congresso Nacional.

Considerando essa temática e os fatos narrados, assinale a opção correta.

a) O modelo de supremacia da Constituição adotado no ordenamento jurídico brasileiro impede que emendas à Constituição sejam objeto de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

b) Segundo jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, qualquer cidadão brasileiro tem legitimidade para impetrar mandado de segurança buscando impedir a tramitação de proposta de emenda à Constituição que viole cláusulas pétreas.

c) Considerando que as emendas à Constituição são manifestações do poder constituinte originário, não existem limitações materiais às emendas à Constituição, mas apenas limitações formais e circunstanciais.

d) As emendas à Constituição são manifestações do Poder Constituinte Derivado, o qual deve observar as limitações impostas pelo Poder Constituinte Originário. Nesse sentido, por exemplo, não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) o voto direto, secreto, universal e periódico; (iii) a separação dos Poderes; (iv) os direitos e garantias individuais.

e) As emendas à Constituição, como qualquer outra proposição legislativa, necessitam da sanção do Presidente da República. Assim, ainda que a PEC seja aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente da República tem o poder de vetá-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o Poder Constituinte Derivado Reformador e as limitações (formais, circunstanciais e materiais) ao poder de emendar a Constituição Federal de 1988.

A alternativa D está correta. As emendas à Constituição são frutos do Poder Constituinte Derivado, que, diferentemente do Originário, é limitado e subordinado às regras estabelecidas na data da promulgação da Constituição. O Art. 60, § 4º, da CF/88 protege o "núcleo duro" da Lei Fundamental, as chamadas cláusulas pétreas, que não podem ser abolidas nem mesmo por emenda. A alternativa descreve corretamente as quatro limitações materiais explícitas. A Constituição Federal dispõe: "Art. 60, § 4º: Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais."

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 20. José, Prefeito do Município XYZ, está preocupado com o aumento da criminalidade no município. Ele tem percebido que a Polícia Militar e a Polícia Civil não têm sido capazes de assegurar plenamente a segurança pública da população do Município XYZ, pois contam com efetivo bem reduzido. Assim, pretende instituir no Município XYZ uma Guarda Municipal, mediante a aprovação de uma lei municipal na Câmara de Vereadores do Município XYZ. Todavia, para melhor compreender as atribuições da Guarda Municipal, consulta seus assessores jurídicos, para que o esclareçam acerca do papel exercido pela Guarda Municipal e da constitucionalidade da referida lei municipal caso aprovada.

Diante desses fatos, considerando a lei e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria e os dispositivos constitucionais aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- a) A Guarda Municipal não se submete ao controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público.
- b) As Guardas Municipais não podem realizar o policiamento ostensivo, uma vez que este é atribuição exclusiva da Polícia Militar.
- c) Em hipóteses específicas, quando haja clara vinculação com interesses municipais, as guardas municipais podem exercer a atividade de polícia judiciária.
- d) As Guardas Municipais são órgãos de segurança pública, podendo ser criadas por lei municipal. Todavia, a lei municipal que instituir a Guarda Municipal deve observar as normas gerais estabelecidas pelo Congresso Nacional.
- e) As guardas municipais não podem ser consideradas órgãos de segurança pública, mas sim órgãos de natureza “sui generis”, uma vez que reúnem atribuições variadas, as quais vão além da atividade de segurança pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a natureza jurídica e as atribuições das Guardas Municipais (GMs), bem como o reconhecimento dessas instituições como órgãos de segurança pública pelo Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. A Constituição Federal prevê a faculdade de os municípios constituírem guardas municipais. O STF, em decisões recentes e históricas, pacificou que as GMs são órgãos de segurança pública e integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). No entanto, sua criação e funcionamento devem seguir as normas gerais estabelecidas pela União (Lei Federal nº 13.022/2014 — Estatuto Geral das Guardas Municipais). A Constituição Federal dispõe: “Art. 144, § 8º: Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.” No julgamento da ADPF 995/DF e do RE 608.588-SP, o STF consolidou os seguintes fundamentos: (STF — ADPF 995) “As guardas municipais são reconhecidamente órgãos de segurança pública e aquelas devidamente criadas e instituídas integram o Sistema Único de Segurança

Pública (SUSP).” (Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 28/08/2023). (STF — RE 608.588) “É constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos [...] e excluída qualquer atividade de polícia judiciária, sendo submetidas ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.” (Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/02/2025).

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 21. A Supremacia da Constituição e o Bloco de Constitucionalidade são temas que suscitam diversos debates no âmbito do direito constitucional.

Acerca dessa temática, assinale a opção correta.

a) O Supremo Tribunal Federal não admite que o princípio da proporcionalidade seja usado como parâmetro do controle de constitucionalidade de normas, pois o Supremo adota um conceito restritivo de bloco de constitucionalidade, o qual não inclui princípios constitucionais implícitos.

b) Em determinados e específicos casos, quando se verificar clara incongruência no texto constitucional, é possível declarar a inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias.

c) O Supremo Tribunal Federal adota um conceito extensivo de bloco de constitucionalidade, o qual abarca tratados internacionais de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito das emendas constitucionais. Portanto, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, é possível declarar inconstitucionalidade de leis utilizando como parâmetro de constitucionalidade os referidos tratados.

d) As normas previstas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não podem ser consideradas normas constitucionais e, portanto, não podem servir de parâmetro de controle de constitucionalidade.

e) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de lei com base tão somente em violação ao Preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o valor jurídico do Preâmbulo Constitucional e a definição do parâmetro de controle no sistema de fiscalização de constitucionalidade brasileiro.

A alternativa E está correta. O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que o Preâmbulo da Constituição Federal não possui força normativa, não cria direitos ou obrigações, nem constitui norma central de reprodução obrigatória pelos Estados-membros. Por situar-se no domínio da política e da ideologia, e não propriamente no campo do Direito estrito, o Preâmbulo não pode servir como parâmetro (paradigma) isolado para a declaração de inconstitucionalidade de qualquer ato normativo. No julgamento da ADI 2.076/AC, o STF fixou os seguintes fundamentos: (STF — ADI 2076)

“O preâmbulo da Constituição não constitui norma central. Inexistência de relevância jurídica. O preâmbulo não se situa no âmbito do Direito, mas no domínio da política, refletindo a posição ideológica do constituinte. Não contém força normativa. Não pode, portanto, ser parâmetro para o controle de constitucionalidade.” (Rel. Min. Carlos Velloso, julgado em 15/08/2002).

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 22. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é relevante ação do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, possuindo seus contornos próprios.

Considerando essa temática, analise as assertivas a seguir:

I. A ADPF é instrumento eficaz de controle da inconstitucionalidade por omissão. Destarte, a ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, quer totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.

II. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

III. Podem propor a ADPF os mesmos legitimados para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Além disso, ainda que em face de uma lei ou de um ato normativo seja possível o ajuizamento de ADI perante o Supremo Tribunal Federal, o legitimado ativo pode optar pelo ajuizamento da ADPF em vez da ADI, uma vez que ambas as ações são igualmente eficazes para sanar qualquer lesão a preceito fundamental.

Está correto o que se afirma em:

- a) II apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), focando em seu objeto, no quórum para modulação de efeitos e no princípio da subsidiariedade.

O Item I está correto. A ADPF é o instrumento adequado para combater tanto atos comissivos quanto omissões do poder público (sejam elas totais, parciais, normativas ou não) que violem preceitos fundamentais. O STF entende que a inércia estatal pode ser tão lesiva à Constituição quanto uma ação direta. Conforme a Lei nº 9.882/99: “Art. 1º. A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.” (O termo "ato" compreende também a omissão).

O Item II está correto. A assertiva reproduz a possibilidade de modulação de efeitos em sede de ADPF, técnica que permite ao STF manipular a eficácia temporal da decisão por razões de segurança jurídica ou interesse social. Para isso, exige-se um quórum qualificado. Analise a literalidade da Lei nº 9.882/99: “Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”

O Item III está incorreto. Embora os legitimados ativos sejam os mesmos da ADI (Art. 2º, I, da Lei 9.882/99), a assertiva erra ao afirmar que o proponente pode "optar" livremente entre as ações. A ADPF é regida pelo princípio da subsidiariedade, o que significa que ela só é cabível se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade (como a própria ADI). Se o ato puder ser impugnado por Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADPF não será admitida. Veja a literalidade da Lei nº 9.882/99: “Art. 4º, § 1º. Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.”

QUESTÃO 23. Após ler uma reportagem no sentido de que o imóvel de propriedade do Estado em que está situada e em funcionamento a Academia de Polícia seria vendido para a construção de um empreendimento imobiliário, Henriqueta entendeu ser necessário verificar as peculiaridades atinentes à classificação e regime jurídico dos bens públicos. Diante dessa situação hipotética, Henriqueta concluiu corretamente que o imóvel em questão corresponde a um:

- a) Bem público de uso especial, inalienável enquanto mantida a sua afetação.**
- b) Bem público de uso comum do povo, alienável independentemente de sua afetação.**
- c) Bem público dominical, alienável por estar desafetado.**
- d) Bem público impróprio, alienável mesmo que esteja afetado.**
- e) Bem privado da Administração Pública, inalienável na medida em que está afetado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Bens Públicos.

A alternativa A está correta. O imóvel em que funciona a Academia de Polícia é um bem pertencente ao Estado (pessoa jurídica de direito público interno); logo, é bem público. Conforme artigo 98 do CC/02: “Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.” Pela destinação dada, percebe-se que se enquadra perfeitamente como bem de uso especial, na forma do art. 99, II, do CC/02, vejamos: “Art. 99. São bens públicos: II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;”. Quanto ao regime, os bens públicos de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação, isto é, enquanto estiverem afetados – em outras palavras, vinculados – ao serviço público. É exatamente o que determina o art. 100 do CC, a seguir: “Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.” Como a Academia está em funcionamento, a afetação/vinculação permanece. Portanto, o imóvel não pode ser vendido, salvo se houver desafetação (perda da destinação pública) e observância das exigências legais aplicáveis.

A alternativa B está incorreta. “Uso comum do povo” é a categoria de bens públicos voltada à fruição coletiva, conforme art. 99, I, do CC/02: “Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”. Esses bens não são alienáveis “independentemente de sua afetação”. Pelo contrário: O Código Civil determina que os bens de uso comum do povo, assim como os de uso especial, são inalienáveis enquanto conservarem sua qualificação, na forma de seu art. 100, já transcrito acima. Além disso, no caso concreto, o bem não é de uso comum do povo; é um edifício destinado a um serviço público (Academia), o que é típico de uso especial (CC, art. 99, II)

A alternativa C está incorreta. O bem não é dominical. Os bens dominicais compõem o patrimônio disponível do ente público, sem destinação pública específica. Em regra, não estão afetados a uso comum nem a serviço/estabelecimento). Conforme art. 99, III, do CC/02: “Art. 99. São bens públicos: III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.” Assim, o bem não é dominical e não pode ser alienado, pois está sim afetado a uma função pública, que é a de sediar a Academia de Polícia.

A alternativa D está incorreta. “Bem público impróprio” é uma expressão doutrinária, não uma classificação do Código Civil, e costuma ser usada para se referir a bens que não pertencem às pessoas jurídicas de direito público, mas que sofrem alguma incidência de regime público. Ademais, a alternativa fica incorreta porque um bem que está afetado a uma destinação pública não pode ser alienado, conforme já explicado acima.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de bem privado, mas sim de um bem público pertencente ao Estado, conforme art. 98 do CC/02: “Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.”

QUESTÃO 24. No exercício de suas atribuições como servidor público do Estado do Piauí, Conrado teve que esclarecer questões atinentes à matriz de riscos na esfera dos contratos administrativos. Assinale a opção que indica a informação correta a ser prestada por Conrado, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021.

a) Nos contratos administrativos a cláusula atinente à matriz de riscos não pode ser considerada obrigatória ou essencial em nenhuma hipótese, considerando que a sua inclusão na avença depende do exercício da discricionariedade por parte da Administração contratante.

b) Nos contratos submetidos ao regime da contratação integrada ou semi-integrada os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de responsabilidade da Administração contratante na respectiva matriz de riscos.

c) Nos contratos em que prevista a matriz de riscos, é pertinente a identificação dos riscos contratuais previstos e presumíveis, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado, sendo vedado o compartilhamento dos riscos.

d) Nos contratos de grande vulto é cabível a utilização do seguro-garantia com cláusula de retomada, para fins de alocação dos respectivos riscos entre contratante e contratado, de modo que é vedada a inclusão da cláusula da matriz de riscos.

e) No âmbito da matriz de riscos, não cabe a renúncia das partes ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro em decorrência do aumento ou da redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

A alternativa A está incorreta. Para obras e serviços de grande vulto, bem como quando forem adotados os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, a matriz de alocação de riscos é obrigatória. Conforme art. 22, § 3º, da Lei 14.133/2021: “§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.”

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade é do contratado. Conforme art. 22, § 4º, da Lei 14.133/2021: “§ 4º Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.”

A alternativa C está incorreta. É sim possível o compartilhamento de riscos. Conforme art. 103, caput, da Lei 14.133/2021: “Art. 103. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.”

A alternativa D está incorreta. Para obras e serviços de grande vulto, a matriz de alocação de riscos é obrigatória, conforme art. 22, § 3º, da Lei 14.133/2021, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa E está correta. Conforme art. 103, § 5º, II, da Lei 14.133/2021: “§ 5º Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere: II - ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.”

QUESTÃO 25. Diante da necessidade de aprofundar os seus conhecimentos com relação ao ato administrativo, Eliseu passou a analisar a delimitação das noções de perfeição, validade e eficácia, no âmbito do Direito Administrativo, vindo a concluir corretamente que:

a) O ato administrativo perfeito é necessariamente válido e eficaz.

b) Todo ato administrativo válido é inexoravelmente eficaz.

c) O ato administrativo pode ser eficaz, ainda que não esteja perfeito.

d) Para que o ato administrativo seja válido, basta que ele esteja perfeito.

e) Para que o ato administrativo seja eficaz é imprescindível que ele esteja perfeito e seja válido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Atos Administrativos.

A alternativa A está incorreta. É possível que o ato tenha sido praticado (exista), mas contenha vício que o torne inválido; e também é possível que, embora o ato exista e até seja válido, ainda não esteja apto a produzir efeitos, ou seja, é ineficaz. Conforme a doutrina: “É oportuno registrar que o ato administrativo pode ser: (...) d) perfeito, inválido e ineficaz: ato que concluiu o seu ciclo de formação, mas encontra-se em desconformidade com o ordenamento jurídico e não possui aptidão para produção de efeitos jurídicos (ex.: concurso público, com exigências inconstitucionais, cujo resultado final ainda não foi homologado e publicado).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 512).

A alternativa B está incorreta. Nem todo ato válido é eficaz. Um ato pode estar conforme a lei (válido), porém ainda não produzir efeitos por faltar um requisito de eficácia, a exemplo de sua publicação ou de uma condição. Conforme a doutrina: “É oportuno registrar que o ato administrativo pode ser: (...) c) perfeito, válido e ineficaz: ato que concluiu o seu ciclo de formação, em conformidade com o ordenamento jurídico, mas que não possui aptidão para produção de efeitos em razão da fixação de termo inicial ou de condição suspensiva, bem como aqueles que dependem da manifestação de outro órgão controlador (ex.: exoneração a pedido do servidor a contar de data futura).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 512).

A alternativa C está incorreta. Se o ato não é perfeito, ele não completou o ciclo de formação; logo, não se pode tratá-lo como apto a produzir efeitos jurídicos. A eficácia pressupõe que haja um ato formado no plano da existência.

A alternativa D está incorreta. Dizer que o ato é “perfeito” é dizer que ele existe, ou seja, que foi praticado; trata-se do plano de existência. Já para um ato ser válido (plano da validade), ele deve ter sido praticado corretamente, conforme os requisitos jurídicos exigidos pelo ordenamento (competência, finalidade, forma, motivo e objeto). Conforme a doutrina: “A maior parte da doutrina afirma a existência de cinco elementos do ato administrativo, extraídos do art. 2º da lei 4.717/65 (lei da ação popular): Competência (sujeito); Finalidade; Forma; Motivo; Objeto (conteúdo).” (Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7 Atos Administrativos - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está correta. Para uma parte da doutrina, de fato, para que o ato seja eficaz, ele deve passar pela perfeição e pela validade. Por exemplo, Celso Antonio Bandeira de Mello: “Para que um ato seja plenamente apto a operar no sistema jurídico de forma legítima (eficácia plena), ele deve ter passado pelo crivo da perfeição (estar completo) e da validade (de acordo com o ordenamento jurídico)”. No entanto, aqui chamamos atenção do aluno para possibilidade de recurso. Isso porque, para outra parte da doutrina, é sim possível um ato inválido ser eficaz e um ato válido ser ineficaz. A exemplo da doutrina de Rafael Oliveira: “É oportuno registrar que o ato administrativo pode ser: (...) b) perfeito, inválido e eficaz: ato que concluiu o seu ciclo de formação e, apesar de violar o ordenamento jurídico, produz seus efeitos (ex.: contrato administrativo, celebrado sem licitação, fora das hipóteses permitidas pela lei, que foi declarado nulo após três meses de execução); (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 512). Assim, se tomarmos por base esta corrente doutrinária, a questão não teria nenhuma resposta correta, devendo ser anulada.

QUESTÃO 26. Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, em observância às formalidades constitucionais e legais, João, Delegado de Polícia, encontrou uma arma de fogo escondida no quarto de Caio, alvo da diligência policial. Ao perceber que seria capturado em flagrante, Caio tentou se evadir na condução de uma motocicleta. Em assim sendo, em razão da situação de iminente perigo público, João se apossou de determinado veículo automotor particular, logrando alcançar o investigado. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que João, na qualidade de Delegado de Polícia, agiu de forma:

a) Adequada, pois a requisição administrativa, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, independe de prévia comunicação ou autorização do juízo competente, sendo certo que haverá indenização ulterior, independentemente da ocorrência de dano.

b) Adequada, pois a requisição administrativa, modalidade de intervenção drástica do Estado na propriedade, independe de prévia comunicação ou autorização do juízo competente, sendo certo que haverá indenização ulterior, se houver dano.

c) Adequada, pois a requisição administrativa, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, independe de prévia comunicação ou autorização do juízo competente, sendo certo que haverá indenização ulterior, se houver dano.

d) Inadequada, pois a requisição administrativa, modalidade de intervenção drástica do Estado na propriedade, pressupõe prévia comunicação do juízo competente.

e) Inadequada, pois a requisição administrativa, modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, pressupõe prévia autorização do juízo competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Intervenção do Estado na Propriedade.

A alternativa C está correta. Especificamente no tocante à requisição administrativa, que foi a intervenção ocorrida no caso narrado pelo enunciado, pode-se dizer que se trata de uma intervenção branda, conforme leciona a melhor doutrina, vejamos: “Intervenção repressiva ou branda: o Estado impõe limites ou condições ao exercício do direito à propriedade do particular, sem retirar a sua titularidade. As principais modalidades de intervenção repressiva apontadas pela doutrina são: a) servidão administrativa; b) requisição administrativa; c) ocupação temporária; d) limitação administrativa; e) tombamento.” (Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 19 Intervenção do Estado na Propriedade - Livro Digital Interativo). Tal modalidade está prevista no art. 5º, XXV, da CF, a seguir: “Art. 5º (...) XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;” Assim, conclui-se que a requisição administrativa é modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, a qual independe de prévia comunicação ou autorização do juízo competente, e que somente ensejará indenização ulterior se houver dano ao patrimônio do particular. Portanto:

As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 27. Com o objetivo de aprimorar a segurança pública no Estado do Piauí, o Poder Executivo pretende publicar edital de licitação visando à aquisição de milhares de bens comuns, avaliados em mais de um milhão de reais, os quais, posteriormente, serão distribuídos junto às Delegacias de Polícia Civil do referido ente federativo. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

a) Caberá ao Poder Público definir, à luz de critérios de conveniência e oportunidade, a modalidade licitatória, desde que o critério de julgamento seja o de menor preço ou maior retorno econômico.

b) O Poder Público adotará a concorrência como modalidade licitatória, sendo certo que o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

c) O Poder Público adotará o pregão como modalidade licitatória, sendo certo que o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

d) Caberá ao Poder Público definir, à luz de critérios de conveniência e oportunidade, a modalidade licitatória, desde que o critério de julgamento seja o pregão.

e) O Poder Público adotará o menor preço ou o maior retorno econômico como modalidade licitatória, adotando-se o pregão como critério de julgamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licitações.

A alternativa A está incorreta. Como se trata da aquisição de bens comuns, a modalidade a ser empregada é o pregão. Em tal modalidade, os critérios possíveis são menor preço ou maior desconto, conforme art. 6º, XLI, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

A alternativa B está incorreta. Conforme já explicado no comentário da letra A, a modalidade a ser adotada para aquisição de bens comuns é o pregão, na forma do art. 6º, XLI, da Lei 14.133/2021.

A alternativa C está correta. Conforme art. 6º, XLI, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

A alternativa D está incorreta. Pregão é modalidade licitatória, e não critério de julgamento. Conforme art. 28, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 28. São modalidades de licitação: I - pregão;”.

A alternativa E está incorreta. Conforme já explicado, pregão é modalidade licitatória, e não critério de julgamento, vide comentário da alternativa D.

QUESTÃO 28. Yana estava se preparando para uma conferência sobre segurança pública, de modo que decidiu pesquisar a orientação do Supremo Tribunal Federal sobre questões atinentes à responsabilidade civil do Estado em tal seara. Nesse contexto, assinale a opção que indica o correto entendimento do Pretório Excelso acerca do tema.

a) O Estado deve ser civilmente responsabilizado, com base na teoria do risco integral, pelo falecimento de detento que comete suicídio dentro de um estabelecimento prisional.

b) O Estado deve ser civilmente responsabilizado, com base na teoria do risco administrativo, por latrocínio perpetrado por preso foragido há um mês, na medida em que violou o seu dever de mantê-lo encarcerado.

c) O Estado deve ser civilmente responsabilizado, com base na teoria do risco integral, em razão de morte accidental de transeunte decorrente de disparo de arma de fogo no contexto de uma operação policial.

d) O Estado deve ser civilmente responsabilizado, com base na teoria do risco administrativo, por homicídio cometido por policial, no período de folga, que mata desafeto por questões pessoais utilizando arma da corporação.

e) O Estado deve ser civilmente responsabilizado, com base na teoria do risco integral, pelo óbito de indivíduo que entra clandestinamente em paiol de munições e aciona acidentalmente uma granada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

A alternativa A está incorreta. Não é a teoria do risco integral, mas sim a teoria do risco administrativo, presente no art. 37, § 6º, da CF: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”. Ademais, conforme o Tema 592 de Repercussão Geral do STF: “Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.”

A alternativa B está correta. Se demonstrado onexo causal entre a fuga e o latrocínio, o Estado pode vir a ser responsabilizado. De acordo com o Tema 362 de Repercussão Geral do STF: “Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado onexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.” Aqui chamamos atenção do aluno para possibilidade de recurso, em razão do tempo decorrido entre a fuga e o crime de latrocínio, no caso narrado pelo enunciado (1 mês). Pela leitura da tese do STF, a responsabilidade do Estado somente existe se, no processo de fuga, ou logo em seguida dela, ou como consequência direta dela, o detento cometer crime contra uma pessoa. Não é possível afirmar que o tempo de 1 mês foi suficiente para quebrar – ou não – onexo causal, até mesmo porque, em sua tese, o STF não definiu tempo máximo ou mínimo.

A alternativa C está incorreta. Não é a teoria do risco integral, mas sim a teoria do risco administrativo, presente no art. 37, § 6º, da CF, acima já transcrito. Ademais, conforme o Tema 1237 de Repercussão Geral do STF: “(i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; (iii) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal ou que cause ferimento à vítima durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.”

A alternativa D está incorreta. O Estado não será responsabilizado, pois o agente público não agiu nessa qualidade, mas sim de forma pessoal. Isso contraria o texto expresso do art. 37, § 6º, da CF: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa E está incorreta. Nesse caso, não há responsabilidade civil do estado, pois o nexo de causalidade foi excluído pela culpa exclusiva da vítima. De acordo com a doutrina: “Estudamos que a teoria do risco administrativo estabelece a responsabilidade objetiva do Estado, porém, admitindo a exclusão desta responsabilidade em alguns casos. As cláusulas de exclusão apontadas em geral são: a) culpa exclusiva da vítima; b) culpa de terceiro; c) caso fortuito e força maior. (...) Culpa exclusiva da vítima: É a hipótese em que o dano é causado por fato da própria vítima (autolesão). Por exemplo, no caso em que uma pessoa se lança em frente a uma viatura da polícia que estava na velocidade correta para a pista e dirigindo com segurança com o objetivo de tirar a sua própria vida, ou quando a vítima atravessa a rua de forma imprudente e com o sinal verde para o veículo estatal que trafegava corretamente, não há como responsabilizar o Estado, tendo em vista que não há nexo causal entre a conduta do estado e o dano sofrido pelo particular. O dano foi causado pela conduta da própria vítima.” (Curso Interativo de Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 16 Responsabilidade Civil do Estado - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 29. Nos termos da legislação de regência, a Polícia Civil do Estado do Piauí, dirigida por delegado de polícia de carreira, é uma instituição permanente do Poder Executivo e auxiliar da função jurisdicional do Estado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 37/2004, alterada pela Lei Complementar nº 318/2025, estão listadas a seguir atribuições dos Delegados de Polícia de carreira, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Lavrar termos circunstanciados, instaurar e presidir inquéritos policiais e outros procedimentos administrativos e fazer o indiciamento de forma fundamentada, dentro de sua circunscrição.

b) Praticar atos administrativos de natureza policial e dirigir a Delegacia de Polícia, determinando as diligências investigatórias, na forma que se dispuser em regulamento.

c) Promover diligências, requisitar informações, solicitar exames periciais e outros documentos necessários à instrução do inquérito policial ou de outros procedimentos.

d) Cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, as funções institucionais da polícia judiciária.

e) Assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato e às investigações a seu cargo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 37/2004).

A alternativa A está incorreta. Esta é, sim, uma atribuição do delegado de polícia, conforme art. 14, II, da LC 37/2004: “Art. 14. Além das atribuições previstas na legislação processual, competem aos Delegados de Polícia de Carreira: II – lavrar termos circunstanciados, instaurar e presidir inquéritos policiais e outros procedimentos administrativos e fazer o indiciamento de forma fundamentada, dentro de sua circunscrição;”

A alternativa B está incorreta. Esta é, sim, uma atribuição do delegado de polícia, conforme art. 14, VI, da LC 37/2004: “Art. 14. Além das atribuições previstas na legislação processual, competem aos Delegados de Polícia de Carreira: VI – praticar atos administrativos de natureza policial e dirigir a Delegacia de Polícia, determinando as diligências investigatórias, na forma que se dispuser em regulamento;”

A alternativa C está correta. Esta é a única alternativa que não traz atribuição do delegado de polícia. Na verdade, o delegado SOLICITA informações (e não “requisita”) e REQUISITA exames periciais (e não “solicita”). Conforme art. 14, III, da LC 37/2004: “Art. 14. Além das atribuições previstas na legislação processual, competem aos Delegados de Polícia de Carreira: III – promover diligências, solicitar informações, requisitar exames periciais e outros documentos necessários à instrução do inquérito policial ou de outros procedimentos;”

A alternativa D está incorreta. Esta é, sim, uma atribuição do delegado de polícia, conforme art. 14, I, da LC 37/2004: “Art. 14. Além das atribuições previstas na legislação processual, competem aos Delegados de Polícia de Carreira: I – cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, as funções institucionais da polícia judiciária;”

A alternativa E está incorreta. Esta é, sim, uma atribuição do delegado de polícia, conforme art. 14, IV, da LC 37/2004: “Art. 14. Além das atribuições previstas na legislação processual, competem aos Delegados de Polícia de Carreira: IV – assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato e às investigações a seu cargo;”

QUESTÃO 30. No âmbito da organização dos serviços relacionados à segurança pública, certo Estado da Federação fez editar uma lei que delimitou e conferiu autonomia para a polícia científica, criando uma estrutura diferenciada para os respectivos órgãos administrativos, especificando que eles não estão submetidos hierarquicamente à polícia civil. Considerando os aspectos atinentes à desconcentração e descentralização, assinale a opção correta.

a) A autonomia conferida aos aludidos órgãos administrativos implica na criação de pessoas jurídicas independentes integrantes da Administração Indireta, por meio da desconcentração.

b) A subordinação hierárquica à polícia civil era imprescindível para que tais órgãos fossem considerados entidades da Administração Direta.

c) Os aludidos órgãos administrativos são fruto da desconcentração da atividade no âmbito da Administração Direta, não possuindo personalidade jurídica própria.

d) A descentralização pressupõe a criação de pessoas jurídicas de direito privado, de modo que os referidos órgãos são pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração Direta.

e) A criação e delimitação de tais órgãos administrativos resulta da descentralização no âmbito da estruturação administrativa, de modo que tais órgãos passaram a integrar a Administração Indireta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Organização da Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. Desconcentração não cria pessoa jurídica; cria órgãos. Criação de pessoa jurídica é lógica de descentralização. Conforme a doutrina: “A desconcentração, portanto, cria centros especializados de competência (os órgãos), formados por agentes públicos, dentro de sua estrutura hierárquica. Todo o movimento da desconcentração ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica. Exemplo desta técnica de organização é a criação de Ministérios, Secretarias, subsecretarias etc.” (Curso Interativo de Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4 Organização da Administração Pública - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. A alternativa pressupõe que “entidades” seriam da Administração Direta e dependem de hierarquia; entidades são, em regra, da Administração Indireta e não há hierarquia entre pessoas jurídicas. Conforme a doutrina: “Em nenhum dos casos de descentralização há a presença de hierarquia. As entidades que atuam de forma descentralizada não estão subordinadas à Administração Pública direta, ou seja, não se sujeitam hierarquicamente ao Ente que lhe transferiu o serviço”. (Curso Interativo de Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4 Organização da Administração Pública - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. O enunciado destaca autonomia e ausência de subordinação, que são característicos da descentralização, e não da desconcentração. Vide comentário da letra B.

A alternativa D está incorreta. A descentralização não pressupõe a criação apenas de pessoas jurídicas de direito privado. Por exemplo, as autarquias, criadas pela via da descentralização, são pessoas jurídicas de direito público. De acordo com a doutrina: “Descentralização funcional, técnica, por serviços ou por outorga: Quando o próprio estado cria uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado (entidade administrativa) e a ela transfere determinado serviço. Essa modalidade de descentralização pressupõe a edição de uma lei criando a entidade ou, ao menos, autorizando a sua criação, a depender da espécie de pessoa jurídica criada. Normalmente a transferência do serviço ocorre por prazo indeterminado.” (Curso Interativo de Direito Administrativo PC-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4 Organização da Administração Pública - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está correta. Vide comentário das letras B e D. Aqui chamamos atenção do aluno para uma imprecisão na redação da alternativa, que pode ensejar recurso e consequente anulação da questão: as pessoas jurídicas criadas pela via da descentralização não integram a Administração Direta como “órgão”, mas sim como entidades. Logo, se levarmos a redação da alternativa “ao pé da letra”, ela estaria incorreta.

QUESTÃO 31. Dionísio, delegado de polícia do Estado do Piauí, costuma ser diligente no exercício de suas atribuições, mas, infelizmente, recentemente, pela primeira vez, cometeu infração funcional, de modo que está preocupado com a penalidade que a ele pode ser aplicada em decorrência de processo administrativo disciplinar. Assinale a opção correta acerca da conduta de Dionísio elencada dentre as infrações sujeitas à penalidade de demissão, à luz do disposto na Lei Complementar nº 37/2004.

a) Comparecer a qualquer ato de serviço em visível estado de embriaguez ou ingerir bebidas durante o serviço.

b) Fazer uso indevido da insígnia, cédula funcional ou da arma que lhe haja sido confiada para o serviço.

c) Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.

d) Impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado, a presença de advogado.

e) Divulgar, através da imprensa escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição ou propiciar-lhe divulgação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 37/2004).

A alternativa A está incorreta. A referida atitude é trazida pelo Estatuto da PC/PI em seu art. 58, XXII, vejamos: “Art. 58. Ao policial civil é proibido: XXII – comparecer a qualquer ato de serviço em visível estado de embriaguez ou ingerir bebidas durante o serviço;”. Leva, portanto, à aplicação da pena de suspensão, na forma do art. 66: “Art. 66. A suspensão será aplicada nos casos de infração ao disposto no art. 58, VI a VII, IX a XXXIV, de reincidência das outras faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.”

A alternativa B está incorreta. A referida atitude é trazida pelo Estatuto da PC/PI em seu art. 58, XV, vejamos: “Art. 58. Ao policial civil é proibido: XV – fazer uso indevido da insígnia, cédula funcional ou da arma que lhe haja sido confiada para o serviço;”. Leva, portanto, à aplicação da pena de suspensão, na forma do art. 66, já transcrito acima.

A alternativa C está incorreta. A referida atitude é trazida pelo Estatuto da PC/PI em seu art. 58, XIX, vejamos: “Art. 58. Ao policial civil é proibido: XIX – ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;”. Leva, portanto, à aplicação da pena de suspensão, na forma do art. 66, já transcrito acima.

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa que traz uma proibição punível com demissão. A atitude é trazida pelo Estatuto da PC/PI em seu art. 58, XIX, vejamos: “Art. 58. Ao policial civil é proibido: XXXVIII – impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado, a presença de 20 advogado;”. Leva, portanto, à aplicação da pena de suspensão, na forma do art. 66, já transcrito acima.

A alternativa E está incorreta. A referida atitude é trazida pelo Estatuto da PC/PI em seu art. 58, XI, vejamos: “Art. 58. Ao policial civil é proibido: XI – divulgar, através da imprensa escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição ou propiciar-lhe divulgação;”. Leva, portanto, à aplicação da pena de suspensão, na forma do art. 66, já transcrito acima.

QUESTÃO 32. José, servidor público do Poder Executivo do Município Alfa, agindo com dolo, nomeou Caroline, sua esposa, para o exercício de cargo em comissão, vinculado diretamente a ele. Registre-se que o referido cargo não tem natureza política e que Caroline não tem qualquer conhecimento teórico ou prático para exercer a função para a qual foi designada. Após denúncias anônimas, os fatos chegaram ao conhecimento do Ministério Público e da Polícia Civil. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir:

I. A conduta de José caracteriza ato doloso de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;

II. Proferida sentença condenatória, José estará sujeito às sanções, alternativas ou cumulativas, de suspensão dos direitos políticos por até doze anos, pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a oito anos;

III. Em caso de condenação de José, as sanções eventualmente a ele aplicadas somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

O Item I está incorreto. A conduta configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. Conforme art. 11, XI, da Lei 8.429/92: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;”

O Item II está incorreto. As punições para ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública são multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente e proibição

de contratar com o poder público por até 4 anos. Não se fala em suspensão de direitos políticos. Conforme art. 12, III, da Lei 8.429/92: “Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;”

O Item III está correto. Conforme art. 12, § 9º, do Lei 8.429/92: “§ 9º As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.”

QUESTÃO 33. Em uma operação policial, um homem foi preso em flagrante após subtrair uma barra de chocolate avaliada em R\$ 5,00 de um supermercado na cidade de Pedro II. O acusado não utilizou violência ou grave ameaça e o produto foi recuperado imediatamente. Trata-se de réu primário e sem antecedentes criminais. O Delegado de Polícia lavrou o auto de prisão em flagrante e representou pela conversão em prisão preventiva.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A conduta deve ser punida com base no princípio da legalidade, pois o furto é tipificado legalmente, sem previsão de causa excludente em razão do valor do bem.

b) A irrelevância do valor econômico do bem pode afastar a culpabilidade por erro de tipo permissivo, mas não afasta a tipicidade penal.

c) O princípio da intervenção estatal justifica a punição, pois a repressão penal é necessária mesmo para delitos de menor potencial ofensivo.

d) A conduta é atípica por força do princípio da insignificância, ante as parcas ofensividade e reprovabilidade, a ausência de periculosidade social e a ínfima lesão causada.

e) O princípio da fragmentariedade, derivado do poder-dever de punir que cabe ao Estado, impede o reconhecimento do furto, pois todo ilícito penal é também um ilícito civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de hipótese de aplicabilidade do princípio da legalidade, tendo em vista mínima ofensividade da conduta, sendo de baixo risco social e de periculosidade. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, em razão da aplicabilidade do princípio da insignificância, há a exclusão da tipicidade da conduta. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de aplicabilidade do princípio da intervenção estatal. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. O princípio da insignificância (ou bagatela própria) é uma causa supralegal de exclusão da tipicidade material, reconhecida pela jurisprudência brasileira para afastar o poder punitivo do Estado quando a lesão ao bem jurídico for inexpressiva. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou quatro balizas (requisitos) cumulativos para a sua aplicação: 1. Mínima ofensividade da conduta: O ato não pode ser gravemente ofensivo; 2. Ausência de periculosidade social da ação: O comportamento não pode causar grande desassossego ou risco à sociedade; 3. Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento: A conduta não deve ser altamente reprovável no contexto social; 4. Inexpressividade da lesão jurídica: O dano ao bem jurídico (geralmente o patrimônio) deve ser ínfimo. No caso, há aplicação clara do princípio da insignificância.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de aplicabilidade do princípio da fragmentariedade. Veja o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 34. Júlio, brasileiro, embarca em um avião privado de matrícula brasileira, que faz o percurso entre Montevideu (Uruguai) e Teresina (Piauí). Durante o voo, enquanto a aeronave sobrevoava o Oceano Atlântico (águas internacionais), Júlio, com intenção de matar, ministrou um veneno de ação lenta em uma bebida oferecida ao seu desafeto, o estrangeiro Juan. A vítima começou a passar mal logo após a ingestão, mas a morte somente foi confirmada e atestada após o pouso no Aeroporto Senador Petrônio Portella, em Teresina, capital do Piauí.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A lei penal brasileira será aplicável por força do princípio da ubiquidade, correspondendo o local do crime ao lugar onde se produziu o resultado.

b) A lei penal brasileira não é aplicável, pois incide o princípio da extraterritorialidade condicionada, o que exigiria requisição do Ministro da Justiça.

c) A lei penal brasileira é aplicável, por força do princípio da extraterritorialidade incondicionada, pois se trata de crime praticado contra a vida de estrangeiro e o agente é brasileiro

d) A lei penal brasileira não é aplicável, pois o princípio que rege o local do crime é o da atividade, sendo aplicável a lei penal do país da bandeira da aeronave.

e) A lei penal brasileira é aplicável a aeronaves privadas que pousam no Brasil, sendo consideradas extensão do território nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre aplicabilidade da lei penal.

A alternativa A está correta. Aplica-se a lei penal brasileira, pois o crime considera-se praticado tanto no local da ação quanto no do resultado, nos termos do art. 6º do CP: “ Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado”. Ademais, a aeronave privada de matrícula brasileira equipara-se a extensão do território nacional (art. 5º, §1º, CP), e o resultado morte ocorreu em Teresina/PI, reforçando a incidência da lei penal brasileira pelo princípio da territorialidade. Vejamos: “Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. § 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, aplica-se a lei penal brasileira. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de aplicabilidade da extraterritorialidade extraordinária, pois o crime considera-se praticado tanto no local da ação quanto no do resultado, nos termos do art. 6º do CP. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, aplica-se a lei penal brasileira, sob a égide do lugar do crime. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. As aeronaves e embarcações brasileiras de natureza privada são consideradas território brasileiro por extensão apenas quando estiverem em alto-mar ou no seu respectivo espaço aéreo (art. 5. §1º, CP).

QUESTÃO 35. Maria, agindo com dolo, deu causa à abertura de inquérito policial em detrimento de João, seu marido, imputando-lhe a prática da contravenção penal de vias de fato no contexto da Lei Maria da Penha, muito embora soubesse ser o agente inocente.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Maria

a) não responderá por qualquer delito, ante a atipicidade material da conduta perpetrada, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

b) responderá pelo crime de comunicação falsa de contravenção penal, na modalidade qualificada, sem a incidência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

c) responderá pelo crime de denúncia caluniosa, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

d) responderá pelo crime de denúncia caluniosa, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

e) não responderá por qualquer delito, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre denúncia caluniosa.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de conduta atípica. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Não existe tal delito.

A alternativa C está correta. Essa alternativa corresponde ao crime cometido por Maria, o crime de denúncia caluniosa, com a incidência da diminuição da pena (art. 339, §§1º e 2º). Vejamos: Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa. § 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto. § 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.”

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há a incidência da qualificadora. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa E está incorreta. Responderá pelo delito da denúncia caluniosa. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 36. A Polícia Civil do Estado do Piauí tomou conhecimento, em outubro de 2025, de que a organização criminosa Alfa tinha planos para executar João, magistrado, Lucas, oficial de Justiça, Matheus, delegado de polícia, e Guilherme, deputado estadual, todos em razão das funções públicas exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é qualificado o homicídio praticado, em razão das funções, em detrimento de

a) delegado de polícia e de parlamentar estadual, não abarcando membro do Poder Judiciário, tampouco oficial de justiça.

b) membro do Poder Judiciário e de delegado de polícia, não abarcando oficial de justiça, tampouco parlamentar estadual.

c) membro do Poder Judiciário, de oficial de justiça e de delegado de polícia, não abarcando parlamentar estadual.

d) oficial de justiça, de delegado de polícia e de parlamentar estadual, não abarcando membro do Poder Judiciário.

e) membro do Poder Judiciário, de oficial de justiça, de delegado de polícia e de parlamentar estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o crime de homicídio.

A alternativa C está correta. Havia planos de cometer homicídio contra membro do Poder Judiciário, de oficial de justiça e de delegado de polícia, não abrangendo parlamentar estadual. Vejamos o disposto no art. 121, §2º, VII, CP: “Homicídio qualificado - § 2º Se o homicídio é cometido: VII – contra: a) autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, em razão dessa condição; b) membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição;”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 37. Lucas é uma das lideranças da facção criminosa Alfa, especializada no transporte interestadual de materiais entorpecentes. Após complexa investigação realizada pela Polícia Civil do Estado do Piauí, Lucas foi indiciado pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Em juízo, observado o devido processo legal, o acusado foi condenado pelas infrações penais supracitadas, ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, além do pagamento de multa.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, analise as afirmativas a seguir:

I. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais previstas no Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e os antecedentes do agente;

II. Na fixação da multa, o juiz determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas do acusado, valor não inferior à metade nem superior a cinco vezes o maior salário-mínimo;

III. As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei nº 11.343/2006.

O Item I está incorreto. Conforme determina o art. 42 da Lei nº 11.343/2006, os antecedentes do agente não serão considerados: “O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.”

O Item II está incorreto. O equívoco está no valor a ser atribuído aos dias-multa, que não poderão ser inferiores a um trinta avos e nem superiores a 5 vezes o salário-mínimo, nos termos do art. 43 da Lei nº 11.343/2006: “Art. 43. Na fixação da multa a que se referem os arts. 33 a 39 desta Lei, o juiz, atendendo ao que dispõe o art. 42 desta Lei, determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um trinta avos nem superior a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo.”

O Item III está correto. É o que determina o art. 43, Parágrafo Único: “Parágrafo único. As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.”.

QUESTÃO 38. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Lucas foi condenado, definitivamente, pela prática dos crimes de peculato e de associação criminosa, em concurso material, iniciando o cumprimento das penas em regime fechado.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. Lucas ficará sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

II. O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

III. O trabalho externo de Lucas será admissível, mediante ato fundamentado do diretor do estabelecimento prisional, salvo em serviços ou obras públicas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b). II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre pena em regime fechado.

Primeiramente, vejamos as regras do regime fechado, conforme a disposição do art. 34, §§1º a 3º, CP: “Art. 34 - O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução. § 1º - O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno. § 2º - O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena. § 3º - O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas. Não obstante, vejamos o que dispõe a LEP (Lei 7.210/84): “Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. § 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra. § 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho. § 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso. Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.” Agora, vamos analisar os itens.

A alternativa D está correta. Os Itens I e II estão corretos, nos termos do §1 e §2 do art. 34 do CP. Já o Item III está incorreto, pois está em dissonância com o art. 34 §3º do CP. Veja que Lucas ficará sujeito a trabalho no período diurno e isolamento noturno, e o trabalho será em comum dentro do estabelecimento, conforme suas aptidões.

QUESTÃO 39. A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo as seguintes diretrizes, à exceção de uma. Assinale-a.

a) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

b) A celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

c) O destaque, facultativo no currículo escolar do ensino fundamental, e obrigatório no currículo escolar do ensino médio, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

e) A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei nº 11.340/2006.

A alternativa A está incorreta. Literalidade do art. 8º, II, da Lei nº 11.340/2006: “II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;”.

A alternativa B está incorreta. Literalidade do art. 8º, VI, da Lei nº 11.340/2006: “VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;”.

A alternativa C está correta. Esta é a alternativa que não se encontra nas diretrizes previstas no art. 8º da Lei Maria da Penha, isto porque, o destaque, nos currículos escolares, será em todos os níveis de ensino, não apenas para o ensino médio. “Art. 8º LMP - Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: [...] IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.”

A alternativa D está incorreta. Literalidade do art. 8º, I, da Lei nº 11.340/2006: “I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;”.

A alternativa E está incorreta. Literalidade do art. 8º, IV, da Lei nº 11.340/2006: “IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;”.

QUESTÃO 40. Caio, agindo com dolo, introduziu em circulação, junto ao supermercado Alfa, dez notas de R\$ 100,00 (cem reais), grosseiramente falsificadas. Registre-se, contudo, não ter sido o agente o responsável pela fabricação das referidas cédulas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Caio

a) não responderá por qualquer delito, por não ter sido o responsável pela fabricação das notas de cem reais grosseiramente falsificadas.

b) não responderá por qualquer delito, por se tratar de notas de cem reais grosseiramente falsificadas.

c) responderá pelo crime de uso de documento falso.

d) responderá pelo crime de moeda falsa.

e) responderá pelo crime de estelionato.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre estelionato.

A alternativa A está incorreta. O Código Penal pune tanto quem fabrica quanto quem introduz em circulação (vende, troca, dá em pagamento, etc.). Mesmo que Caio não tenha imprimido as notas, a conduta de usá-las conscientemente (com dolo) para obter vantagem é crime. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Existe um mito de que o "grosseiro" gera crime impossível. Na verdade, a falsificação grosseira apenas desclassifica o crime. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Quando o objeto é dinheiro, existem tipos penais específicos (Moeda Falsa ou Estelionato). No Direito Penal, a norma específica afasta a geral (Princípio da Especialidade).

A alternativa D está incorreta. Ela precisa ter potencial para enganar um número indeterminado de pessoas. Como o enunciado diz que é grosseira, ela não fere a Fé Pública da União, mas apenas o patrimônio da vítima específica.

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula 73 do STJ, a falsificação grosseira retira a competência da Polícia Federal/Justiça Federal e o enquadramento como "Moeda Falsa". Vejamos o disposto na Súmula 73 do STJ: “A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.”

QUESTÃO 41. Durante uma festa na cidade de Aroeiras do Itaim, João e Carlos combinaram furtar um aparelho de telefone celular que estava sobre a mesa de um bar. João ficou responsável por distrair o dono do aparelho, enquanto Carlos pegaria o telefone. Durante a execução do furto, Carlos foi surpreendido pelo dono, que reagiu e imobilizou João, impedindo que ele continuasse a distração.

Carlos conseguiu fugir com o celular.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Carlos responderá sozinho pelo furto, pois João não conseguiu executar parte, o que descaracteriza o concurso de pessoas.

b) João responderá como partícipe do furto, pois auxiliou na execução do crime, ainda que não tenha obtido vantagem direta.

c) Ambos responderão por furto, mas João apenas pelo crime tentado, já que não conseguiu consumir o delito.

d) João não poderá ser responsabilizado criminalmente, pois não houve consumo do furto em relação à sua conduta.

e) Carlos responderá por furto consumado e João por tentativa de furto privilegiado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre concurso de pessoas no crime de furto qualificado.

A alternativa A está incorreta. O concurso de pessoas não se descaracteriza pelo fato de João não ter conseguido executar sua parte. Basta a divisão de tarefas e a intenção comum para configurar a coautoria. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Ambos responderão pelo crime de furto qualificado em concurso de pessoas (art. 155, §4º, IV, CP), de forma consumada, João como partícipe e Carlos como autor do fato criminoso. João não é mero partícipe, mas coautor, pois havia acordo prévio e divisão de funções. Partícipe é quem auxilia sem executar parte essencial do plano. O furto se consumou, logo ambos respondem pelo crime consumado.

A alternativa C está incorreta. Não há tentativa para João, pois o resultado (subtração) ocorreu. No concurso de pessoas, todos respondem pelo crime consumado. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. João pode ser responsabilizado, pois sua conduta foi parte da execução. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Não se aplica furto privilegiado, e não há tentativa para João. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 42. Matheus, agindo com dolo, constrangeu Joana, sua estagiária que contava com 17 anos de idade, com o intuito de dela obter vantagem sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico inerente ao exercício do seu cargo. Registre-se que Joana, irresignada com a situação posta, entrou em contato com as autoridades públicas, ensejando a prisão em flagrante de Matheus.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus responderá pelo crime de

a) importunação sexual, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

b) assédio sexual, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de aumento de pena.

c) assédio sexual, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena

d) importunação sexual, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

e) assédio sexual, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crime de assédio assexual.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de importunação sexual. Como Matheus é chefe e se valeu disso, o crime é o específico de Assédio. Além disso, o Código não prevê uma "modalidade qualificada" para importunação baseada nesses fatos. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Este é um detalhe técnico jurídico importante. Não existe "modalidade qualificada" de assédio sexual, apenas simples com causa de aumento.

A alternativa C está correta. Trata-se de crime de assédio sexual simples, com causa de aumento de pena (vítima menor de 18 anos). Vejamos: "Assédio sexual - Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. § 2 A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos."

A alternativa D está incorreta. Erra duplamente. Primeiro, pela tipificação (não é importunação, é assédio). Segundo, porque a idade da vítima (17 anos) sempre gera um aumento de pena nesse contexto, logo, dizer que é "sem causa de aumento" está incorreto. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Há sim causa de aumento de pena, pois a vítima é menor de 18 anos. Como o enunciado destacou a idade de 17 anos, essa informação precisava ser utilizada na resposta. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 43. Durante investigação conduzida pela Corregedoria de Polícia, constatou-se que um servidor público estadual, ocupante de cargo efetivo na Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, exigia de pacientes da rede pública, para realizar agendamentos de exames e consultas que eram de sua atribuição, o pagamento de quantias em dinheiro. O servidor não fazia ameaças diretas, mas deixava claro que, sem o pagamento, os pacientes não seriam atendidos, repetindo a seguinte frase: ou paga, ou nada!

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O servidor cometeu o crime de corrupção passiva, porque apenas pagaria a vantagem indevida quem quisesse.

b) O servidor cometeu o crime de prevaricação, pois deixou de praticar ato de ofício por interesse pessoal.

c) O servidor cometeu o crime de concussão, uma vez que exigiu vantagem indevida, ainda que sem violência ou ameaça.

d) A conduta do servidor é atípica, pois os pacientes tinham a opção de não pagar, tratando-se de vantagem espontânea.

e) O servidor cometeu o crime de peculato-desvio, pois desviou recursos para benefício próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

A alternativa A está incorreta. Corrupção passiva pressupõe solicitação ou recebimento espontâneo, não exigência. Trata-se do crime de concussão, veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Prevaricação exige retardar ou deixar de praticar ato de ofício, não condicionar atendimento a pagamento. Trata-se do crime de concussão, veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. O servidor público cometeu concussão, pois exigiu vantagem indevida em razão da função, configurando o crime de concussão. Vejamos: “Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.”

A alternativa D está incorreta. Não é espontâneo, é exigência. Houve exigência de vantagem indevida.

A alternativa E está incorreta. Não houve desvio de recursos públicos, mas exigência de vantagem indevida. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 44. Caio, delegado de polícia, indiciou Matheus pela prática, em novembro de 2025, dos seguintes crimes: i) lesão corporal qualificada, perpetrada contra o policial civil José durante o exercício das funções, resultando em debilidade permanente de membro; ii) organização criminosa, voltada à prática de roubos circunstanciados pela restrição da liberdade das vítimas; iii) comércio ilegal de arma de fogo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que Matheus incorreu na prática dos seguintes crimes hediondos:

a) lesão corporal qualificada, perpetrada contra o policial civil José durante o exercício das funções, resultando em debilidade permanente de membro, organização criminosa, voltada à prática de roubos circunstanciados pela restrição da liberdade das vítimas e comércio ilegal de arma de fogo.

b) lesão corporal qualificada, perpetrada contra o policial civil José durante o exercício das funções, resultando em debilidade permanente de membro; e organização criminosa, voltada à prática de roubos circunstanciados pela restrição da liberdade das vítimas.

c) lesão corporal qualificada, perpetrada contra o policial civil José durante o exercício das funções, resultando em debilidade permanente de membro e comércio ilegal de arma de fogo.

d) organização criminosa, voltada à prática de roubos circunstanciados pela restrição da liberdade das vítimas e comércio ilegal de arma de fogo.

e) organização criminosa, voltada à prática de roubos circunstanciados pela restrição da liberdade das vítimas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei nº 8.072/1990.

A alternativa A está incorreta. Apenas será hediondo quando se tratar de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima ou seguida de morte, nos termos do I-A da Lei dos Crimes Hediondos: Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;”. Lembrar que o crime de lesão corporal que resulta em debilidade permanente de membro é de natureza grave e não gravíssima. “Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Lesão corporal de natureza grave § 1º Se resulta: III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do comentário da Letra A, a lesão corporal é grave e não gravíssima, portanto, não se trata de crime hediondo.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do comentário da Letra A, a lesão corporal é grave e não gravíssima, portanto, não se trata de crime hediondo.

A alternativa D está correta. O crime de organização criminosa será hediondo quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado. No presente caso, o roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima é crime hediondo. Ainda, o comércio ilegal de armas de fogo também é considerado hediondo. “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: II - roubo: a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V; III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; V - o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

A alternativa E está incorreta. Aqui o equívoco está em dizer que apenas o crime de organização criminosa é hediondo, quando o comércio ilegal de armas de fogo também é.

QUESTÃO 45. Lucas, testemunha de determinado crime perpetrado pela organização criminosa XYZ, está em frequente contato com a autoridade policial. Temeroso com eventuais retaliações, caso preste depoimento em sede distrital e em juízo, Lucas buscou esclarecimentos, junto ao Delegado de Polícia, sobre o programa de proteção de testemunhas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, os programas compreendem, dentre outras, as medidas a seguir, aplicáveis em benefício da pessoa protegida, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar.**
- b) Escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos.**
- c) Transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção.**
- d) Segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações.**
- e) Apoio e assistência financeira, social, médica, psicológica e odontológica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei 9.807/1999.

A alternativa A está incorreta. Literalidade do inciso VI do art. 7º da Lei 9.807/1999: “VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;”.

A alternativa B está incorreta. Literalidade do inciso II do art. 7º da Lei 9.807/1999: “II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;”.

A alternativa C está incorreta. Literalidade do inciso III do art. 7º da Lei 9.807/1999: “III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;”.

A alternativa D está incorreta. Literalidade do inciso I do art. 7º da Lei 9.807/1999: “I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;”.

A alternativa E está correta. Os programas estão previstos no art. 7º da Lei 9.807/1999. O equívoco desta alternativa está em incluir “odontológica” como parte dos programas. O inciso VII do art. 7º apenas prevê apoio e assistência social, médica e psicológica. “Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso: [...] VII – apoio e assistência social, médica e psicológica;”.

QUESTÃO 46. Após complexa investigação, Matheus, delegado de polícia, indiciou Caio, empresário, Lucas, professor que já exerceu a função de jurado, e Mário, Guarda-Civil do Estado Beta, pela prática de uma serie de crimes contra o patrimônio. Registre-se que os três indivíduos são diplomados em Direito pela Universidade Federal Alfa. Em juízo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, o juízo competente condenou, definitivamente, Caio, Lucas e Mário a uma pena final de doze anos de reclusão, em regime inicial fechado. Registre-se, muito embora os apenados tenham respondido ao processo em liberdade, dar-se-á início à execução penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

a) Caio e Lucas terão direito à prisão especial, mas não Mário.

b) Lucas e Mário terão direito à prisão especial, mas não Caio.

c) Lucas terá direito à prisão especial, mas não Caio e Mário.

d) Caio, Lucas e Mário não terão direito à prisão especial.

e) Caio, Lucas e Mário terão direito à prisão especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prisão especial.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de prisão especial quando a condenação é definitiva e há início da execução penal.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de prisão especial quando a condenação é definitiva e há início da execução penal.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de prisão especial quando a condenação é definitiva e há início da execução penal.

A alternativa D está correta. A prisão especial apenas aplicar-se-á aos casos de prisão antes de condenação definitiva. No enunciado, ficou expressamente consignado que a prisão é definitiva, portanto, nenhum dos apenados terá direito a prisão especial. Destaca-se ainda, que o STF determinou a incompatibilidade do inciso VII do art. 295 do CPP com a Constituição Federal, acabando com a prisão especial para pessoas com diploma de ensino superior. STF: “É incompatível com a Constituição Federal — por ofensa ao princípio da isonomia (arts. 3º, IV; e 5º, caput, CF/88) — a previsão contida no inciso VII do art. 295 do CPP que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior. O art. 295, VII do CPP não foi recepcionado pela CF/88: Art. 295. Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva: VII - os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República; STF. Plenário. ADPF 334/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 03/04/2023 (Info 1089).”

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de prisão especial quando a condenação é definitiva e há início da execução penal.

QUESTÃO 47. Guilherme, Juiz de Direito, Presidente do Tribunal do Júri da Comarca Alfa, designou sessão plenária para o dia 03.02.2026, no âmbito da qual Caio, Lucas e João serão submetidos a julgamento pela prática de cinco homicídios qualificados tentados, praticados em detrimento de cinco policiais civis que incursionaram em determinada comunidade. Registre-se que cada um dos três acusados possui advogados distintos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que, durante os debates, o tempo destinado à acusação e à defesa será de

a) duas horas e meia para cada, além de duas horas para a réplica e mais duas horas para a tréplica. Registre-se que, como há mais de um defensor, eles combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente.

b) duas horas e meia para cada, além de uma hora para a réplica e mais uma hora para a tréplica. Registre-se que, como há mais de um defensor, eles combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente.

c) uma hora e meia para cada, além de uma hora para a réplica e mais uma hora para a tréplica. Registre-se que, como há mais de um defensor, eles combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente.

d) duas horas e meia para cada, além de duas horas para a réplica e mais duas horas para a tréplica. Registre-se que, como há mais de um defensor, caberá ao juiz-presidente proceder à divisão do tempo entre eles.

e) uma hora e meia para cada, além de uma hora para a réplica e mais uma hora para a tréplica. Registre-se que, como há mais de um defensor, caberá ao juiz-presidente proceder à divisão do tempo entre eles.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre procedimento do tribunal do júri.

A alternativa A está correta. É a previsão literal do art. 477, §§1º e 2º, do Código de Processo Penal: “Art. 477. O tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica. § 1º Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente, de forma a não exceder o determinado neste artigo. § 2º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1º deste artigo.”.

A alternativa B está incorreta. O tempo da réplica e tréplica está equivocado, será de 2h para cada um dos atos, conforme §2º do art. 477, do CPP. “§ 2º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1º deste artigo.”

A alternativa C está incorreta. O tempo está equivocado, será 2 horas e meia para cada, acrescido de duas horas de réplica e duas horas de tréplica, nos termos do art. 477, §2º do CPP: “§ 2º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1º deste artigo.”

A alternativa D está incorreta. O tempo está certo, mas a distribuição caberá aos defensores e, na falta de acordo, é que o juiz presidente distribuirá o tempo. “Art. 477. O tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica. § 1º Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, que, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente, de forma a não exceder o determinado neste artigo.”

A alternativa E está incorreta. O tempo está equivocado, será 2 horas e meia para cada, acrescido de duas horas de réplica e duas horas de tréplica, nos termos do art. 477, §2º do CPP: “§ 2º Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no § 1º deste artigo.”

QUESTÃO 48. Caio, membro da organização criminosa Alfa, está em tratativas avançadas para firmar acordo de colaboração premiada com as autoridades competentes. Em assim sendo, o colaborador foi informado de que o pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificá-lo e o seu objeto.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, analise as afirmativas a seguir:

I. As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo de quarenta e oito horas.

II. O acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.

III. O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o oferecimento da denúncia, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei 12.850/2013.

O Item I está correto. É literalidade do art. 7º, §1º, da Lei 12.850/2013: “Art. 7º O pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto. § 1º As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.”.

O Item II está correto. É a previsão expressa do art. 7º, §2º, da Lei 12.850/2013: “§ 2º O acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.”.

O Item III está incorreto. O sigilo será mantido até o recebimento da denúncia, não até o seu oferecimento. Lei 12.850/2013: “Art. 7º, § 3º O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.”.

QUESTÃO 49. Lucas, adolescente em conflito com a lei, e Caio, maior e capaz, foram, respectivamente, apreendido e capturado em flagrante pela Polícia Militar, por terem praticado condutas ilícitas na esfera infracional e penal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em coautoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

() Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

() Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente à autoridade judiciária, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência. Contudo, sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação à autoridade judiciária no prazo de vinte e quatro horas.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V - V - F.

b) F - V - F.

c) V - F - V.

d) F - V - V.

e) V - V - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei nº 8.069/1990.

O Item I é verdadeiro. É a previsão expressa do parágrafo único do art. 172 do ECA: “Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente. Parágrafo único. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.”

O Item II é verdadeiro. É o que prevê o art. 174 do ECA: “Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.”.

O Item III é falso. O encaminhamento será ao representante do Ministério Público e não à autoridade judiciária, conforme art. 175 do ECA: Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.”.

QUESTÃO 50. Caio, delegado de polícia, representou pela decretação da prisão temporária de Lucas. Para tanto, argumentou-se que a segregação cautelar seria imprescindível para as investigações do inquérito policial e demonstrou-se a existência de fundadas razões de autoria do indiciado em um determinado crime.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que Lucas praticou o crime de

a) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, sendo certo que o mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

b) cárcere privado, sendo certo que o mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

c) corrupção passiva, sendo certo que o mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

d) corrupção passiva, sendo certo que o mandado de prisão poderá conter o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

e) cárcere privado, sendo certo que o mandado de prisão poderá conter o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei nº 7.960/1989.

A alternativa A está incorreta. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido não está previsto no inciso III do art. 1º da Lei 7.960/1989.

A alternativa B está correta. De fato, o cárcere privado está previsto como um dos crimes em que é permitida a prisão temporária. Ainda, é necessário que o mandado de prisão contenha o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deve ser liberado. “Art. 1º Caberá prisão

temporária: I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: [...] b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º); [...] § 4º-A O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no caput deste artigo, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. (Incluído pela Lei nº 13.869, de 2019)”.

A alternativa C está incorreta. Corrupção passiva não está previsto no inciso III do art. 1º da Lei 7.960/1989.

A alternativa D está incorreta. Corrupção passiva não está previsto no inciso III do art. 1º da Lei 7.960/1989.

A alternativa E está incorreta. De fato, o cárcere privado está previsto como um dos crimes em que é permitida a prisão temporária. Porém, é necessário (portanto, não é uma faculdade) que o mandado de prisão contenha o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deve ser liberado.

QUESTÃO 51. Após designar a data da sessão plenária de feminicídio que chocou a comunidade local, Guilherme, juiz presidente do Tribunal do Júri da Comarca Alfa, tomou ciência de que o Ministério Público pretende distribuir pedido de desaforamento do julgamento para outra comarca, em razão de dúvidas sobre a segurança pessoal do acusado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

() O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento por parte do juiz-presidente, a exceção de eventuais habeas corpus pendentes de apreciação.

() Sendo relevantes os motivos alegados, o juiz-presidente poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.

() O juiz-presidente determinará a oitiva da autoridade policial e demais autoridades locais vinculadas à segurança pública, sobre a possibilidade de garantir a segurança do acusado.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F - V - F.

b) V - F - V.

c) F - F - F.

d) F - V - V.

e) V – V – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre desaforamento.

O Item I está incorreto. O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento, sem nenhuma ressalva, conforme art. 427, §1º, do CPP: “Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas. §1º O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.”

O Item II está correto. É a literalidade do §2º do art. 427 do CPP: “§ 2º Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.”

O Item III está correto. De fato, o juiz-presidente deverá determinar a oitiva da autoridade policial para atestar a segurança pessoal do acusado, nos termos do art. 427, §3º do CPP. “§ 3º Será ouvido o juiz presidente, quando a medida não tiver sido por ele solicitada.”

QUESTÃO 52. Nos termos do Código de Processo Penal, determinará a competência jurisdicional o lugar da infração, o domicílio ou residência do réu, a natureza da infração, a distribuição, a conexão ou continência, a prevenção e a prerrogativa de função.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a competência será determinada pela continência

a) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.

b) se, no mesmo caso, as infrações houverem sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

c) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas, uma contra as outras.

d) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

e) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre continência.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de uma hipótese de conexão, conforme art. 76, I, do CPP: “Art. 76. A competência será determinada pela conexão: I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de uma hipótese de conexão, conforme art. 76, II, do CPP: “Art. 76. A competência será determinada pela conexão: [...] II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma hipótese de conexão, conforme art. 76, I, do CPP: “Art. 76. A competência será determinada pela conexão: I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;”.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de uma hipótese de conexão, conforme art. 76, I, do CPP: “Art. 76. A competência será determinada pela conexão: [...] III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.”.

A alternativa E está correta. A continência se dá quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, conforme determina o art. 77, I, do CPP: “Art. 77. A competência será determinada pela continência quando: I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;”.

QUESTÃO 54. Caio, policial civil, ingressou com queixa-crime em juízo, por ter sido vítima de determinado crime contra a honra, perseguível mediante ação penal de iniciativa privada. Registre-se, contudo, que o juízo competente constatou a ocorrência de situação que dá azo à perempção da ação penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, considerar-se-á perempta a ação penal nas situações descritas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de trinta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.

b) Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

c) Quando, iniciada a ação penal, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.

d) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

e) Quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre perempção da ação penal.

A alternativa A está correta. O equívoco desta alternativa está no prazo. Será de 60 (sessenta) dias e não de 30 (trinta) dias, conforme determina o art. 60, II, do CPP: “Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal: II - quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;”.

A alternativa B está incorreta. É a literalidade do inciso III, primeira parte, do art. 60 do CPP: “III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;”.

A alternativa C está incorreta. É a literalidade do inciso I do art. 60 do CPP: “I - quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;”.

A alternativa D está incorreta. É a literalidade do inciso III, segunda parte, do art. 60 do CPP: “III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;”.

A alternativa E está incorreta. É a literalidade do inciso IV do art. 60 do CPP: “IV - quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.”.

QUESTÃO 56. Após a conclusão de determinado inquérito policial, Matheus, delegado de polícia, indiciou Caio pela prática do crime de roubo circunstanciado. O Ministério Público, em seguida, ofereceu denúncia em face do agente, a qual foi recebida pelo juízo competente. Determinada a citação do acusado, o oficial de justiça verificou que ele se oculta para não ser citado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Verificando que o réu Caio se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

() Completada a citação por edital de Caio, que vinha se ocultando para não ser citado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

() O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F - V - F.

b) V - V - V.

c) V - F - F.

d) F - F - V.

e) V - F - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre citação e intimação.

O item I está incorreto. Neste caso, o oficial de justiça deve proceder a citação com hora certa e não por edital. “CPP. Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”.

O item II está incorreto. No caso, completada a citação com “hora certa” e não por edital. “Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.”

O item III está correto. É a literalidade do art. 363 do CPP: “Art. 363. O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado”.

QUESTÃO 57. A empresa Piquiri Participações Holding S.A. é controladora de quatro sociedades empresárias: Jacandá Transportadora Ltda., Tech Beautiful Future Ltda., Blue Energia S.A. e Exportadora Urubu Ltda. O grupo atua de forma altamente integrada, todas as empresas mantêm sede física, contratos bancários unificados e movimentam recursos por meio de contas bancárias únicas, embora possuam CNPJ distintos. Em ação judicial ajuizada em janeiro, Blue Energia S.A. foi condenada ao pagamento de R\$ 10.000.000,00 à fornecedora K. Transmissões Ltda., encontrando-se inadimplente e com patrimônio líquido negativo. A credora requer a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar o patrimônio da holding controladora e das demais sociedades coligadas, alegando confusão patrimonial sistêmica, além de distribuição de dividendos sem critérios objetivos entre as controladas. Não há indícios de atuação dolosa de bens em nome de sócios ou terceiros. Considerando o Código Civil, assinale a opção correta.

a) A desconsideração é vedada, pois o Código Civil proíbe a medida sempre que se pretender atingir a controladora ou sociedades coligadas, ainda que exista confusão patrimonial.

b) A desconsideração pode ser aplicada automaticamente a todas as integrantes do grupo, pois a existência de grupo econômico com inadimplência das obrigações é suficiente para responsabilização solidária.

c) A desconsideração pode alcançar a controladora e as demais sociedades do grupo, desde que haja prova efetiva de abuso da personalidade, com demonstração autônoma do abuso em relação a cada pessoa jurídica.

d) A mera comprovação de sede comum autoriza a desconsideração, independentemente de prova de abuso ou confusão patrimonial específica.

e) A desconsideração é cabível, mas exige a comprovação de ato doloso praticado por todos os administradores, sócios e empresas que se pretende atingir, não bastando a confusão patrimonial constatada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta, porque o Código Civil, na verdade, prevê expressamente a possibilidade de estender os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica para sociedades de um mesmo grupo econômico quando constatado o abuso. A vedação mencionada na alternativa não existe. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso”.

A alternativa B está incorreta, porque a simples existência de um grupo econômico e o inadimplemento de uma de suas empresas não são suficientes para a desconsideração automática da personalidade jurídica. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 50. § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica”.

A alternativa C está correta, pois reflete com precisão a Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica, adotada pelo Código Civil. A medida pode, sim, alcançar a controladora e as demais sociedades do grupo, mas isso depende da comprovação efetiva do abuso da personalidade (desvio de finalidade ou confusão patrimonial). Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 50. § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial”.

A alternativa D está incorreta, pois a comprovação de sede comum, embora seja um indício da existência de um grupo econômico e possa contribuir para a caracterização da confusão patrimonial, não é, por si só, suficiente para autorizar a desconsideração. Vide art. 50, § 4º, transcrito na alternativa B.

A alternativa E está incorreta, pois a lei estabelece o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial como requisitos alternativos, e não cumulativos. A comprovação da confusão patrimonial, por si só, já é suficiente para fundamentar o pedido de desconsideração. Além disso, não se exige a comprovação de ato doloso, especialmente no caso da confusão patrimonial, que é de natureza mais objetiva. Vide art. 50, caput, transcrito na alternativa A. O uso da conjunção "ou" no texto legal deixa claro que basta a ocorrência de uma das duas hipóteses para que a desconsideração seja cabível.

QUESTÃO 58. Carla e Daniel foram casados por cinco anos e se divorciaram em 2020. Em 2023, Carla iniciou relacionamento com Eduardo, pai de Daniel, e casal requereu habilitação para casamento no cartório. O oficial suscitou dúvida registral, apontando eventual impedimento matrimonial. No mesmo período, Júlia, irmã de Daniel, manteve laços de afeto e cuidado com Miguel, filho de Carla, tratando-o como sobrinho. Meses depois, Pedro, enteado de Carla e sua em sua antiga união estável anterior a Daniel, teve judicialmente reconhecida a filiação socioafetiva com o padrasto João.

Com base na legislação civil, assinale a opção correta.

- a) Não há impedimento para o casamento entre Carla e Eduardo, porque a afinidade desaparece com o divórcio entre Carla e Daniel.
- b) Há impedimento para o casamento entre Carla e Eduardo, mas ele é anulável, pois depende de provocação e prazo decadencial.
- c) É nulo o casamento entre Carla e Eduardo, pois a afinidade em linha reta não se extingue com a dissolução do casamento anterior, configurando impedimento entre afins em linha reta.
- d) A afinidade entre Carla e Júlia (irmã de Daniel) também não se extingue com o divórcio, subsistindo para todos os efeitos.
- e) O reconhecimento judicial da filiação socioafetiva de João com Pedro não gera parentesco civil, porque o art. 1.593 só admite parentesco por consanguinidade ou adoção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre direito de família.

A alternativa A está incorreta, porque o vínculo de afinidade em linha reta não se extingue com a dissolução do casamento, seja por divórcio ou morte. Trata-se de um vínculo perpétuo estabelecido no Código Civil: “Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade. § 2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável”.

A alternativa B está incorreta, pois o impedimento matrimonial por afinidade em linha reta gera a nulidade absoluta do casamento, e não a sua anulabilidade. A nulidade é uma questão de ordem pública, não sujeita a prazo decadencial e pode ser declarada a qualquer tempo. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.548. É nulo o casamento contraído: II - por infringência de impedimento”.

A alternativa C está correta. O casamento de Carla com Daniel criou um vínculo de parentesco por afinidade em linha reta entre ela e Eduardo. Conforme a legislação, esse vínculo não se desfaz com o divórcio. Portanto, o casamento entre eles é vedado por um impedimento matrimonial absoluto, o que o torna nulo. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.521. Não podem casar: II - os afins em linha reta;”.

A alternativa D está incorreta, pois a afinidade que não se extingue é apenas a da linha reta. A afinidade na linha colateral, como a que existe entre, cessa com a dissolução do casamento. Veja a literalidade do

Código Civil: “Art. 1.595. §2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável”.

A alternativa E está incorreta, pois o artigo 1.593 do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 12.010/2009, ampliou o conceito de parentesco civil para além da consanguinidade e da adoção formal, abrangendo "outra origem". A filiação socioafetiva, reconhecida judicialmente, é a principal expressão dessa "outra origem", gerando todos os efeitos de parentesco. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem”.

QUESTÃO 59. A empresa Lira Ltda. devia R\$ 200.000,00 à Escola Beta por contrato escrito, sem cláusula proibitiva de cessão. A Escola cedeu o crédito ao FIDC Ônix por instrumento particular, sem observar as formalidades exigidas por lei. A empresa Lira não foi notificada da cessão e pagou R\$ 5.000,00 à Escola Beta. Dias depois, o FIDC ajuizou ação de cobrança e a Lira foi citada. A Lira pretende (i) reconhecer efeito liberatório do pagamento parcial à Escola Beta; (ii) opor desconto previamente ajustado com a Escola Beta; e (iii) alegar que a cessão é inválida por falta de forma.

À luz do Código Civil e da jurisprudência aplicável, assinale a opção correta.

a) A cessão é inválida entre as partes por inobservância das formalidades de que trata o art. 288, razão pela qual o FIDC não pode cobrar o crédito.

b) O pagamento de R\$ 5.000,00 ao cedente é ineficaz porque a cessão produz efeitos perante o devedor independentemente de notificação.

c) O pagamento parcial ao cedente, feito antes do conhecimento da cessão, é liberatório nessa quantia, e o devedor pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente quando tomou ciência da cessão.

d) A ausência da cláusula proibitiva torna a cessão inoponível ao devedor até averbada em cartório competente; sem essa averbação, o FIDC não pode sequer propor a ação.

e) Como a cessão não observou as formalidades do art. 654, § 1º, ela é ineficaz perante todos, inclusive o devedor, que pode exigir sua anulação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a cessão.

A alternativa A está incorreta, porque a inobservância das formalidades do art. 288 do Código Civil torna a cessão ineficaz perante terceiros, mas não inválida entre as partes. A cessão de crédito é um negócio jurídico consensual e se aperfeiçoa com o acordo de vontades entre cedente e cessionário. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 288. É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do §1º do art. 654”.

A alternativa B está incorreta, pois a cessão de crédito só produz efeitos perante o devedor quando ele é notificado. Antes da notificação, o pagamento feito de boa-fé ao credor originário é considerado válido e liberatório. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita. Art. 292. Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação”.

A alternativa C está correta. O pagamento parcial de R\$ 5.000,00, realizado antes de a empresa Lira ter ciência da cessão, é plenamente válido e a exonera dessa parte da dívida. Além disso, o devedor tem o direito de opor ao cessionário as exceções e defesas que possuía contra o cedente no momento em que tomou conhecimento da cessão. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 294. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente”.

A alternativa D está incorreta. A ausência de cláusula proibitiva no contrato original permite a cessão. A averbação em cartório serve para dar eficácia à cessão perante terceiros, mas sua ausência não impede o cessionário de tomar medidas para a conservação de seu direito, incluindo a propositura de ação de cobrança. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 293. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido”.

A alternativa E está incorreta. A inobservância das formalidades do art. 654, § 1º torna a cessão ineficaz perante terceiros, mas não gera um vício que permita ao devedor exigir sua anulação. A relação entre cedente e cessionário permanece válida. Veja a literalidade do Código Civil: “Art. 288. É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654”.

QUESTÃO 60. A varejista TechPlus veiculou, em redes sociais e em seu site, anúncio suficientemente preciso de um notebook 16GB RAM, por R\$ 3.000,00, com garantia estendida grátis. Ao finalizar a compra, o consumidor recebeu equipamento com 8 GB e sem a garantia adicional. Ao reclamar, foi orientado a ligar para o *call center*, quando foi informado de que a postagem em rede social era “publicidade meramente ilustrativa”, não havendo possibilidade de substituição d produto.

A luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.

a) A postagem em rede social não integra a oferta, pois é mera publicidade, assim, a TechPlus pode cumprir apenas o anúncio do site, sem se vincular as especificações e a garantia divulgada nas redes.

b) O caso é de vício do produto solucionável por assistência técnica, não cabendo exigir substituição ou garantia estendida, já que não houve negativa de venda nem propaganda enganosa.

c) A vinculação publicitária restringe-se ao preço; características técnicas e garantia estendida são meros atrativos e não obrigam ao fornecedor ao cumprimento forçado.

d) A informação/publicidade suficientemente precisa obriga o fornecedor e integra o contrato; diante do descumprimento, o consumidor pode exigir o cumprimento forçado nos termos anunciados.

e) A ausência de garantia estendida não gera consequência contratual relevante, pois benefícios gratuitos ficam ao arbítrio do fornecedor e não são alcançados pelas regras de ofertas do CDC.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a publicidade, nos termos do CDC.

A alternativa A está incorreta, porque o Código de Defesa do Consumidor não faz distinção entre o canal de veiculação. Se a informação é precisa, ela integra o contrato de forma indissociável. Veja a literalidade do CDC: "Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado."

A alternativa B está incorreta, porque o caso não se trata de um defeito funcional sanável por reparo técnico, mas sim de um descumprimento da oferta por entrega de produto em desacordo com a publicidade. A assistência técnica não pode "consertar" a ausência de uma garantia estendida ou a falta de hardware prometido. Veja a literalidade do CDC: "Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;"

A alternativa C está incorreta, porque a proteção do consumidor abrange a totalidade dos elementos informativos. Tudo o que é anunciado como benefício ou especificação técnica torna-se cláusula contratual. Veja a literalidade do CDC: "Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados".

A alternativa D está correta, porque consagra a força vinculante da publicidade no Direito do Consumidor. Uma vez que a TechPlus anunciou o notebook com 16GB e garantia estendida de forma precisa, ela perde o arbítrio de não entregar, conferindo ao consumidor o direito de exigir exatamente o que foi prometido. Veja a literalidade do CDC: "Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado. Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;"

A alternativa E está incorreta, porque as vantagens gratuitas oferecidas para atrair o cliente possuem natureza jurídica de oferta acessória. Uma vez publicadas, deixam de ser "arbítrio" e tornam-se

obrigação. A omissão desses benefícios configura propaganda enganosa por omissão. Veja a literalidade do CDC: "Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços."

QUESTÃO 61. A respeito do início e da extinção da personalidade civil das pessoas naturais e jurídicas, à luz do Código Civil e da doutrina majoritária, assinale a opção correta.

a) A personalidade civil da pessoa natural tem início com a concepção, momento a partir do qual o nascituro adquire plena capacidade civil, podendo exercer direitos patrimoniais e pessoais.

b) A existência legal da pessoa jurídica começa com a assinatura do ato constitutivo pelos sócios fundadores, independentemente de seu registro, desde que haja início efetivo da atividade econômica.

c) A extinção da pessoa jurídica somente se aperfeiçoa com o encerramento total de suas atividades, sendo o cancelamento do registro público ato meramente declaratório, que não produz efeitos jurídicos relevantes.

d) A personalidade civil da pessoa natural extingue-se com a morte, mas os efeitos patrimoniais e existenciais da personalidade podem, em hipóteses expressas em lei, projetar-se após o óbito, como ocorre com os direitos da personalidade e com a proteção à memória e imagem do falecido.

e) A dissolução da pessoa jurídica, ainda que regularmente registrada no órgão competente, não extingue sua personalidade enquanto houver obrigações pendentes, sendo possível a prática de atos jurídicos em nome da sociedade dissolvida para fins de cumprimento de responsabilidades residuais, inclusive tributárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a personalidade civil.

A alternativa A está incorreta, porque a personalidade civil plena da pessoa natural não se inicia com a concepção, mas sim com o nascimento com vida. O ordenamento brasileiro adota a Teoria Natalista para o início da personalidade, embora a Teoria Concepcionista proteja os direitos do nascituro desde a concepção. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro."

A alternativa B está incorreta, porque a existência legal da pessoa jurídica de direito privado depende obrigatoriamente do registro de seus atos constitutivos no órgão competente. O mero início da atividade econômica sem registro caracteriza apenas uma sociedade de fato. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o registro do ato constitutivo no registro peculiar, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo."

A alternativa C está incorreta, porque o cancelamento do registro público é o ato constitutivo da extinção da pessoa jurídica, e não meramente declaratório. É este ato que encerra a personalidade jurídica perante terceiros e o Estado. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua. [...] § 3º Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica."

A alternativa D está correta, porque, embora a morte cesse a personalidade, a lei protege a memória e os direitos da personalidade do morto, permitindo que parentes legitimados busquem reparação por lesão à imagem ou honra do falecido. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; (...). Art. 12, Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimidade para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau."

A alternativa E está incorreta, porque a dissolução é apenas a primeira fase do fim da pessoa jurídica. A afirmação confunde o conceito de "dissolução" com "subsistência para fins de liquidação". Além disso, a prática de atos após o cancelamento do registro não ocorre em nome da personalidade jurídica extinta, mas gera responsabilidade direta dos sócios ou liquidantes. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua."

QUESTÃO 62. Benjamim, renomado cirurgião, foi denunciado criminalmente por lesão corporal culposa em razão de suposto erro médico ocorrido durante cirurgia de alto risco. Paralelamente, a paciente Charlotte ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o médico e contra o Hospital Água Mais S.A., alegando falha no procedimento e no dever de vigilância da equipe hospitalar. No processo criminal, a prova pericial foi considerada inconclusiva quanto aonexo causal entre a conduta do médico e a complicação pós-operatória. Diante da dúvida probatória, o juízo penal absolveu o réu, com fundamento no princípio in dubio pro reo, decisão que transitou em julgado. Na ação cível, o hospital correu sustenta a extinção do processo, sob o argumento de absolvição criminal impede a análise da responsabilidade civil de todos os demandados, em razão da coisa julgada penal.

Considerando o Código Civil, a jurisprudência dos tribunais superiores e a natureza das instâncias, assinale a opção correta.

a) A sentença penal absolutória impede o prosseguimento da ação cível, o que se estende ao hospital por acessoriedade.

b) A absolvição criminal por insuficiência de prova não impede a ação civil do médico, pois a responsabilidade civil admite juízo em padrão probatório distinto.

c) A independência entre as instâncias impede qualquer vinculação entre os juízos, razão pela qual a sentença penal jamais influencia a esfera civil.

d) A absolvição criminal impede a indenização civil apenas em relação ao médico, mas não ao hospital, pois a responsabilidade da instituição é objetiva.

e) A coisa julgada criminal impede o reexame do fato na esfera cível sempre que houver identidade de partes, podendo prosseguir em relação ao hospital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a Responsabilidade Civil e a Esfera Penal.

A alternativa A está incorreta, pois a barreira da coisa julgada penal no cível só ocorre na negativa de autoria ou materialidade. A absolvição por dúvida não impede a ação cível, nem por acessoriedade. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal."

A alternativa B está correta. A absolvição por "insuficiência de provas" mantém intacta a via cível, onde o julgador possui maior liberdade para analisar o nexo causal e a culpa sob a ótica da reparação. Vide a literalidade do Art. 935 do Código Civil, transcrito na letra A.

A alternativa C está incorreta. A independência não é absoluta; a lei impõe limites à autonomia do juiz cível quando a materialidade ou autoria já foram negadas definitivamente no crime. Vide a literalidade do Art. 935 do Código Civil, transcrito na letra A.

A alternativa D está incorreta. A absolvição por dúvida permite processar ambos. Para o médico, aplica-se o conceito básico de ato ilícito culposo. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

A alternativa E está incorreta. O reexame do fato só é impedido se o crime declarou que o fato "não existiu", o que não é o caso de uma absolvição por dúvida (in dubio pro reo). Vide a literalidade do Art. 935 do Código Civil, transcrito na letra A.

QUESTÃO 63. Em um debate promovido pelos órgãos que atuam diretamente na área segurança pública da República Federativa do Brasil, discutiu-se a possibilidade, ou não, de um Estado Democrático de Direito adotar a pena de morte, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que, quanto à pena de morte, de acordo com o referido ato de direito internacional público,

a) quando adotada pela prática de crime de guerra, pode ser vedado o indulto, a anistia ou a comutação da pena.

b) sua adoção somente é possível caso o Estado parte tenha oposto reserva à cláusula de proscricção da pena de morte.

c) as cláusulas do PIDCP podem ser invocadas para retardar ou impedir a abolição da pena de morte por um Estado parte.

d) não pode ser adotada, mesmo nos crimes de guerra, salvo previsão expressa na ordem constitucional do Estado parte.

e) apesar de ser permitida a adoção da pena de morte, não deve ser imposta nos crimes cometidos por pessoas menores de 18 (dezoito) anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre pena de morte, conforme o PIDCP.

A alternativa A está incorreta. O pacto não prevê vedação de indulto/anistia/comutação especificamente em crimes de guerra. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Não depende de reserva à cláusula; o pacto já admite a pena de morte em certos casos. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. O PIDCP não pode ser usado para impedir a abolição da pena de morte; ao contrário, incentiva sua extinção. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. O pacto não condiciona a adoção à ordem constitucional interna; apenas estabelece limites. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. Trata-se de “balizas”, não vedação de pena de morte, propriamente dita, pois há reserva para aplicabilidade da pena de morte. O PIDCP permite a pena de morte, mas veda sua aplicação a menores de 18 anos. Vejamos o disposto no art. 6º do PIDCP: “Nos países que não tenham abolido a pena capital, só pode ser imposta a pena de morte para os crimes mais graves, em conformidade com a legislação em vigor no momento em que se cometeu o crime, e que não seja contrária às disposições do presente Pacto nem da Convenção para a prevenção e punição do crime de genocídio. Esta pena só poderá ser aplicada em cumprimento de sentença definitiva de um tribunal competente. [...] A pena de morte não poderá ser imposta por crimes cometidos por pessoas com menos de 18 anos de idade, nem se aplicará a mulheres grávidas.”

QUESTÃO 64. Pedro, que se encontrava preso em razão de prisão preventiva decretada pelo juízo competente, argumentou que tinha direito à fruição dos direitos contemplados no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, que se mostravam compatíveis com a situação em que se encontrava. Argumentou, ainda, que por serem direitos reconhecidos em tratado internacional ratificado pelo Estado brasileiro, não poderiam sofrer limitações estabelecidas pelo direito interno.

À luz da sistemática estabelecida no PIDESC, é correto afirmar que Pedro está

a) certo, pois o direito interno não pode limitar o direito internacional público.

b) certo, exceto em relação às limitações que decorram da Constituição da República.

c) certo, exceto em relação aos direitos que foram objeto de reserva pelo Estado brasileiro.

d) errado, pois os direitos podem ser submetidos a limitações, legais ou administrativas, apenas para salvaguardar outros direitos previstos no PIDESC.

e) errado, pois os direitos podem ser submetidos a limitações estabelecidas em lei, desde que compatíveis com sua natureza e para favorecer o bem-estar da sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Teoria dos Direitos Fundamentais.

A alternativa A está incorreta. O direito interno pode sim estabelecer limitações, desde que compatíveis com o PIDESC (art 4º, PIDESC).

A alternativa B está incorreta. Não se trata apenas de limitações constitucionais, mas também legais. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Não depende apenas de reservas feitas pelo Estado brasileiro. O PIDESC reconhece diversos direitos fundamentais (trabalho, saúde, educação, cultura etc.), mas não os torna absolutos.

A alternativa D está incorreta. As limitações não se restringem a salvaguardar outros direitos do PIDESC, mas também ao bem-estar social. Ou seja, há espaço para restrições legítimas, desde que não esvaziem o núcleo essencial dos direitos.

A alternativa E está correta. Consoante o disposto no artigo 4º do PIDESC: “Em situações excepcionais de perigo para a nação, declaradas oficialmente, os Estados-Signatários do presente Pacto poderão adotar disposições, nos limites estritamente exigidos pela situação, que suspendam as obrigações contraídas em virtude deste Pacto, sempre que tais disposições não sejam incompatíveis com as restantes obrigações que lhes impõe o direito internacional e não contenham nenhuma discriminação fundamentada unicamente em motivos de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social. “ Os direitos podem ser submetidos a limitações estabelecidas em lei, compatíveis com sua natureza e voltadas ao bem-estar da sociedade.

QUESTÃO 65. Foi encaminhada *notitia criminis* a uma unidade da Polícia Civil do Estado Alfa argumentando com a possível configuração de uma situação de assédio moral no fato de os pais do adolescente X terem escolhido o gênero de instrução a ser ministrado a ele. Para sustentar a ilicitude da conduta, foi afirmado, entre outros argumentos, que ela era dissonante da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Ao avaliar o enquadramento, ou não, da situação descrita em um tipo penal, o Delegado de Polícia observou corretamente que a DUDH

a) assegurou aos pais a prioridade na realização da escolha referida na *notitia criminis*.

b) dispôs que deveria ser assegurado o melhor interesse da criança, não assegurando aos pais o direito de realizar essa escolha.

c) não incursionou nessa temática, que veio a ser abordada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

d) afastou a liberdade de escolha dos pais, quanto ao gênero de instrução, quando o Poder Público assegurar o direito à educação de maneira gratuita.

e) assegurou à criança e ao adolescente o direito de escolher o gênero de instrução, competindo ao órgão estatal competente decidir caso haja divergência com os pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

A alternativa A está correta. A DUDH assegura aos pais essa prerrogativa, reconhecendo sua prioridade na decisão sobre a educação dos filhos. Vejamos o disposto no art. 26, §3º da DUDH: “Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.” Nesse sentido, é correto afirmar que a DUDH assegura aos pais a prioridade na escolha do gênero de instrução.

A alternativa B está incorreta. Consoante o disposto no art. 26, §3º da DUDH, não limita esse direito apenas ao “melhor interesse da criança”, mas garante a prioridade dos pais.

A alternativa C está incorreta. A DUDH trata sim da temática da educação e da escolha dos pais, não apenas o PIDESC.

A alternativa D está incorreta. A gratuidade da educação não afasta a liberdade de escolha dos pais.

A alternativa E está incorreta. A DUDH não transfere a escolha para a criança ou para o Estado, mas reconhece a prioridade dos pais.

QUESTÃO 66. Antônio, que se encontrava detido em uma unidade prisional, argumentou com a direção da unidade, por meio de seu advogado, que a sua situação individual estava sendo desconsiderada. A partir desta constatação, argumentou com a nítida inobservância das Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras de Mandela).

A direção da unidade, após analisar as referidas Regras, concluiu corretamente que

a) são redigidas com base em um referencial de igualdade formal, não sendo direcionadas a aspectos individuais.

b) devem ser levadas em conta as necessidades individuais dos presos, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

c) compete essencialmente ao Poder Judiciário levar em consideração as necessidades individuais dos presos, não à administração penitenciária.

d) são redigidas em caráter geral, de modo que os presos são concebidos como um grupo uniforme, não devendo ser vistos em sua perspectiva individual.

e) exigem que as medidas de viés penitenciário sejam antecedidas de consulta aos detentos, cuja opinião pode ser desconsiderada em decisão fundamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Regras de Mandela.

A alternativa A está incorreta. Não se trata apenas de igualdade formal; há atenção às necessidades individuais. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Não basta aplicar uma igualdade formal; é necessário reconhecer diferenças e garantir proteção adequada. Vejamos o disposto na Regra 2, item 2: “2. Para que o princípio da não discriminação seja posto em prática, as administrações prisionais devem levar em conta as necessidades individuais dos presos, particularmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade. Medidas para proteger e promover os direitos dos presos portadores de necessidades especiais são necessárias e não serão consideradas discriminatórias.” As Regras de Mandela determinam que as necessidades individuais dos presos, sobretudo dos mais vulneráveis, devem ser levadas em conta.”

A alternativa C está incorreta. Não é apenas competência do Judiciário; a administração penitenciária também deve observar essas regras.

A alternativa D está incorreta. Os presos não são vistos como grupo uniforme; há diferenciação conforme vulnerabilidades. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Não há exigência de consulta prévia aos presos para medidas penitenciárias. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 67. Representantes da organização não governamental Alfa, com sede no Uruguai, falantes da língua espanhola, compareceram perante uma unidade policial situada na Região Nordeste do Brasil e informaram ao Delegado de Polícia ter recebido informações de que estariam sendo descumpridos, por agentes policiais vinculados à referida unidade, direitos amparados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH).

Ao analisar a atuação de Alfa à luz da CADH, o delegado de polícia concluiu corretamente que a organização

a) pode se dirigir à Comissão de Ideologia Participativa da CADH.

b) pode se dirigir à Comissão interamericana de Direitos Humanos.

c) pode se dirigir às autoridades brasileiras, mas não a um órgão previsto na CADH.

d) pode solicitar que o Uruguai se dirija a um órgão previsto na CADH noticiando a violação aos direitos humanos, mas não pode fazê-lo diretamente.

e) somente pode se dirigir a órgão previsto na CADH caso tenha filial no Brasil ou atue em conjunto com organização não governamental brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH).

A alternativa A está incorreta. Não existe “Comissão de Ideologia Participativa da CADH”.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 44 da CADH: “Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte.” Nesse sentido, a ONG pode se dirigir à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa C está incorreta. A CADH prevê sim órgão competente (CIDH), não apenas autoridades nacionais.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário que o Uruguai faça a denúncia. A ONG pode fazê-lo diretamente. A CIDH recebe petições de indivíduos e organizações não governamentais que denunciem violações de direitos humanos cometidas por Estados partes da Convenção (art. 44). Portanto, uma ONG estrangeira, como a Alfa, pode se dirigir diretamente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para noticiar violações.

A alternativa E está incorreta. Não há exigência de filial no Brasil ou atuação conjunta com ONG brasileira. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 68. A República Federativa do Brasil celebrou convenção internacional de proteção aos direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas, que veio a ser aprovada pelo Congresso Nacional e incorporada à ordem interna. Em momento posterior, foi editada a Lei federal nº X, que se mostrou dissonante do referido ato de direito internacional. A luz do ocorrido, instaurou-se um debate entre os grupos diretamente interessados, em relação às medidas passíveis de serem adotadas pelos respectivos legitimados para que fosse reconhecida a injuridicidade desse diploma legal.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que

a) em razão da natureza supralegal da convenção, a Lei federal nº X, editada em momento anterior e dela dissonante, tornou-se ineficaz.

b) em razão da natureza constitucional da convenção, a lei federal nº X, editada em momento anterior e dela dissonante, não foi recepcionada.

c) a depender da forma como a convenção foi internalizada, é possível que a Lei federal nº X seja submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o órgão competente.

d) à mingua de instrumentos de controle de convencionalidade concentrado, a análise somente pode ser feita em caráter difuso, o que pode redundar no reconhecimento da invalidade da Lei federal nº X.

e) como as convenções internacionais de proteção aos direitos humanos tem preeminência sobre as normas internas que confirmam proteção inferior, estas últimas podem ser submetidas ao controle de convencionalidade concentrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a internalização de tratados internacionais de direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. A convenção supralegal não torna automaticamente a lei anterior “ineficaz”. Há necessidade de controle judicial.

A alternativa B está incorreta. Nem todo tratado de direitos humanos tem natureza constitucional, isso vai depender do rito de aprovação. Se aprovados pelo rito ordinário, possuem status supralegal (acima das leis, abaixo da Constituição), conforme entendimento do STF (Plenário. RE 466343, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 03/12/2008.).

A alternativa C está correta. A depender da forma de internalização (ordinária ou qualificada), a lei pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos que não foram aprovados segundo a regra do § 3º do art. 5º, da CF/88 (com a redação dada pela EC 45/2004) possuem status supralegal, ou seja, situam-se acima da legislação ordinária, mas abaixo da Constituição. É o caso, por exemplo, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que foi incorporada ao Direito brasileiro antes da EC 45/2004 e, portanto, tem status supralegal. (STF. Plenário. RE 466343, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 03/12/2008).

A alternativa D está incorreta. Existe sim a possibilidade de controle concentrado, não apenas difuso. Se o tratado foi internalizado com status constitucional, a lei dissonante pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa E está incorreta. O controle de convencionalidade não é concentrado no Brasil. É exercido difusamente pelos juízes e tribunais.

QUESTÃO 69. Instaurou-se um debate, no âmbito do Estado Alfa, em relação à necessidade e aos limites de coexistência de direitos humanos potencialmente colidentes, que foram consagrados em atos de direito internacional ratificados e promulgados na ordem interna.

Um dos focos do debate dizia respeito à liberdade de expressão e a injuricidade da discriminação racial, na forma como foi consagrada na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (CIETFOR).

Considerando a tensão dialética entre os referidos direitos, é correto afirmar que na perspectiva da CIETFOR

a) os Estados partes devem proibir as organizações que encorajem a discriminação racial.

b) apesar de a discriminação racial poder ser tipificada como infração penal, medida dessa natureza não deve alcançar o exercício da liberdade de expressão. II

c) os Estados partes devem adotar posição de neutralidade em relação às organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça.

d) propagandas políticas afetas à superioridade racial, apesar de correlatas ao ambiente democrático, não devem estimuladas no âmbito dos Estados partes.

e) a liberdade de expressão tem uma posição preferencial em ambientes democráticos, de modo que atitudes discriminatórias não justificam sua restrição, devendo-se preferir medidas de caráter preventivo e educativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

A alternativa A está correta. Os Estados Partes devem proibir organizações que encorajem a discriminação racial. Vejamos o disposto no art.4º, item b, da CIETFOR: “Os Estados-Partes condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com esse objetivo, tendo em vista os princípios formulados na declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no artigo V da presente Convenção, inter alia: [...] b) a declarar ilegais e a proibir as organizações, assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitem à discriminação racial e que encorajem e a declarar delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades;”

A alternativa B está incorreta. A liberdade de expressão não protege manifestações discriminatórias, sendo estas ser criminalizadas (art. 4º, item b, da CIETFOR).

A alternativa C está incorreta. Não há neutralidade; há obrigação de proibir tais organizações, conforme a literalidade do mandamento do art. 4º, item b, da CIETFOR.

A alternativa D está incorreta. A Convenção não admite estímulo a propagandas de superioridade racial, mesmo em ambiente democrático.

A alternativa E está incorreta. A liberdade de expressão não tem posição preferencial quando colide com a proibição da discriminação racial.

QUESTÃO 70. Chegou ao conhecimento do Delegado de Polícia em atuação na circunscrição Alfa que agentes do Estado teriam prendido arbitrariamente João, o que ocorrera sem qualquer motivo aparente, e não o teriam levado para uma unidade da Polícia Civil, situação que não foi revertida apesar do decurso de diversos meses. O fato gerou grande comoção, máxime em razão de João ser idoso e gozar de ótimo conceito junto à coletividade, não tendo uma única anotação em sua folha de antecedentes criminais.

Com o objetivo de subsidiar o seu juízo de valor, o Delegado de Polícia consultou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (CIPTPDF), tendo concluído corretamente que

- a) a conduta praticada em detrimento de João configura crime contra a humanidade.
- b) a CIPTPDF não é aplicável à situação de João, por não haver notícia do envolvimento de militares das Forças Armadas.
- c) a CIPTPDF autoriza que o Estado parte defina circunstâncias atenuantes para a espécie de crime praticado em detrimento de João.
- d) a CIPTPDF autoriza que, em situações excepcionais, ordem ou instrução de autoridade pública seja invocada para justificar um crime como aquele praticado em detrimento de João.
- e) a CIPTPDF não é aplicável à situação de João, por não estarem caracterizados estado de guerra, ameaça de guerra, instabilidade política ou qualquer outra emergência pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

A alternativa A está incorreta. Aqui você tem que ter certa cautela para não assiná-la. O desaparecimento forçado pode configurar crime contra a humanidade quando praticado de forma sistemática ou generalizada, mas o enunciado não traz esse contexto, consoante o disposto no art.5º da CIPTPDF: “A prática sistemática e difundida de desaparecimento forçado constitui crime contra a humanidade, tal como define o direito internacional e estará sujeito às consequências previstas no direito internacional aplicável”.

A alternativa B está incorreta. A aplicação da Convenção não depende da participação das Forças Armadas.

A alternativa C está correta. João foi preso arbitrariamente por agentes do Estado, não sendo levado a uma unidade da Polícia Civil. Trata-se de um caso típico de desaparecimento forçado, conforme a definição da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento

Forçado (CIPTPDF). Cumpre esclarecer que a Convenção autoriza que os Estados definam circunstâncias atenuantes para os autores do crime, especialmente quando colaboram para esclarecer os fatos ou localizar a vítima, nos termos do art. 7º, §2º, alínea a: “2. O Estado Parte poderá estabelecer: a) Circunstâncias atenuantes, especialmente para pessoas que, tendo participado da autoria de um desaparecimento forçado, efetivamente contribuir para o aparecimento com vida da pessoa desaparecida, possibilitar o esclarecimento de casos de desaparecimento forçado ou identificar os responsáveis por um desaparecimento forçado;”

A alternativa D está incorreta. Ordens de autoridades públicas não podem justificar o desaparecimento forçado.

A alternativa E está incorreta. A Convenção se aplica independentemente de guerra ou emergência pública.

QUESTÃO 71. A respeito das contribuições criminológicas de Edwin Sutherland e a teoria da associação diferencial, é correto afirmar que

a) o autor se inspirou extensamente no pensamento positivista reproduzindo uma visão ontológica do delito e do delinquente.

b) Sutherland é um dos expoentes do movimento conhecido como labelling approach, e sua obra adensa a reflexão sobre quem são os destinatários da lei penal.

c) teoria da associação diferencial parte da ideia da Incomunicabilidade entre as diferentes subculturas criminais que compõem um grupo social.

d) Sutherland refuta as teorias que explicam o delito sobre o paradigma biológico e seu pensamento inaugurou um olhar mais atento sobre o chamado "crime do colarinho branco".

e) a obra de Sutherland foi pioneira ao considerar o impacto dos conflitos relativos à raça e gênero no estudo da criminologia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Crimes de Colarinho Branco, teoria de Edwin Sutherland.

A alternativa A está incorreta. Edwin Sutherland rompeu com esse pensamento. Para ele, o crime não é uma característica intrínseca (ontológica) do ser humano, mas sim algo aprendido.

A alternativa B está incorreta. Sutherland pertence à Teoria da Associação Diferencial, que foca em como se aprende o crime.

A alternativa C está incorreta. A teoria defende justamente a comunicabilidade. O crime é aprendido através da interação e comunicação com outras pessoas em grupos íntimos. Se houvesse "incomunicabilidade", o comportamento criminoso não poderia ser transmitido ou ensinado.

A alternativa D está correta. Sutherland é o "pai" do termo White-Collar Crime (Crime de Colarinho Branco). Ele provou que o crime não era privilégio dos pobres ou de pessoas com "genes ruins". Pessoas de alto status social também delinham no exercício de suas profissões, aprendendo táticas ilícitas em seus meios corporativos.

A alternativa E está incorreta. O foco de Sutherland era o processo de aprendizado e a estrutura ocupacional. Embora Sutherland tenha sido revolucionário ao incluir a classe social alta nos estudos, o foco em raça e gênero ganhou força real DÉCADAS MAIS TARDE.

QUESTÃO 72. O estudo dos efeitos dos disparos de projéteis de arma de fogo compreende efeitos primários e secundários.

Sobre as zonas ou orlas produzidas na pele da vítima de disparos de arma de fogo, é correto afirmar que

- a) a orla de enxugo está presente necessariamente em todos os orifícios de entrada.**
- b) a orla de escoriação tem sempre formato circular que corresponde ao diâmetro do projétil.**
- c) a orla de enxugo também pode ser chamada de orla de tismado.**
- d) a zona de tatuagem é um sinal de reação vital e não será observada em disparos feitos no indivíduo que já está morto.**
- e) os ferimentos causados pelos chamados tiros de raspão são idênticos às lesões em sedenho.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre disparos de arma de fogo.

A alternativa A está incorreta. A orla de enxugo não é obrigatória em todos os orifícios de entrada. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. A orla de escoriação não apresenta forma invariavelmente circular, podendo ser oval ou irregular. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. A orla de enxugo não se confunde com a orla de tismado, que decorre da fuligem. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. A zona de tatuagem não constitui reação vital, podendo estar presente mesmo em disparos post mortem. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa E está correta. Os tiros de raspão produzem lesões equivalentes às do tiro de esbarrão (sedenho), caracterizadas por escoriações lineares ou em faixa, superficiais, decorrentes do contato tangencial do projétil com a pele, sem penetração. Em ambos os casos, não há formação de orifício de

entrada típico, mas sim lesão abrasiva, com perda epidérmica e contornos irregulares, resultante da passagem rasante do projétil.

QUESTÃO 73. Sabendo da necessidade de identificação de indivíduos para solução de problemas relacionados a heranças, conflitos, investigação de direitos humanos, tráfico de pessoas e migração, assinale a opção correta sobre os métodos utilizados.

a) A identificação humana é alcançada por métodos comparativos, que podem corresponder a exames, informações médicas e documentos, sendo confrontados registros ante mortem e post mortem.

b) A definição do perfil biológico, que corresponde à estimativa de sexo, idade e ancestralidade é suficiente para a identificação.

c) A comparação genética do DNA será sempre o melhor método de identificação

d) O método de Vucetich de identificação necropapiloscópica não pode ser realizado em cadáveres que estão na fase inicial de putrefação.

e) O método de identificação odontolegal por arcada dentária não necessita de informações ante mortem e se baseia apenas nas informações post mortem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre métodos de identificação humana.

A alternativa A está correta. A identificação humana é sempre comparativa, exigindo confronto entre dados ante mortem (documentos, prontuários, registros odontológicos, digitais, DNA de familiares etc.) e post mortem (exames periciais). Essa é a base conceitual da identificação forense.

A alternativa B está incorreta. O perfil biológico (sexo, idade, ancestralidade, estatura) não identifica, apenas individualiza ou orienta. Serve para redução de universo, não para identificação positiva.

A alternativa C está incorreta. O DNA não é sempre o melhor, nem o primeiro método. É subsidiário, haja vista ser mais caro e de operacionalidade mais dificultosa. Papiloscopia é preferencial.

A alternativa D está incorreta. A necrodactiloscopia é possível, inclusive, em fases iniciais e até avançadas de putrefação, com técnicas de reidratação, descolamento epidérmico etc.

A alternativa E está incorreta. A identificação odontológica exige confronto ante mortem/post mortem (fichas odontológicas, radiografias, prontuários).

QUESTÃO 74. A respeito da escola liberal clássica, é Incorreto afirmar que

a) o comportamento delituoso era produto do livre arbítrio do individual, sobretudo de suas escolhas morais, refletindo o advento do pensamento liberal da Europa do século XVIII.

b) entre as suas perspectivas, a escola clássica constituiu um movimento de racionalização do castigo opondo-se às execuções de pena violentas e da tortura, típicas do Antigo Regime

c) para Beccaria, um expoente da escola clássica, sendo o delito uma escolha individual e livre do delinquent, a pena era uma retribuição lógica, não havendo finalidade específica para a sua imposição, assegurando-se o seu cumprimento em condições dignas.

d) a escola liberal compreendeu o lançamento das bases da principiologia do Direito Penal moderno, sobretudo as primeiras formulações do princípio da legalidade.

e) o pensamento da escola liberal clássica vislumbra a pena como instrumento da defesa da sociedade, perspectiva esta compartilhada com a escola positivista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Escola Clássica, a respeito do Livre Arbítrio. Cabe aqui chamar sua atenção, pois o examinador requer a indicação da alternativa INCORRETA.

A alternativa A está incorreta. A Escola Clássica baseia-se no Livre Arbítrio. O homem é um ser racional que escolhe o crime após calcular os riscos e benefícios. Se ele escolheu o mal, deve ser punido.

A alternativa B está incorreta. O maior objetivo da Escola Clássica foi humanizar o Direito Penal. Obras como “Dos Delitos e das Penas, de Beccaria” surgiram para acabar com o suplício e as torturas do Antigo Regime, defendendo que a pena deveria ser útil e proporcional.

A alternativa C está incorreta. Para os clássicos, a pena tem caráter Retributivo (pagar o mal com o mal). Embora Beccaria fale em prevenção, a lógica central clássica é que a pena é a consequência jurídica e ética da infração da norma por um ser livre.

A alternativa D está incorreta. A ideia de que o Estado só pode punir com base em leis prévias e claras é um legado direto do pensamento liberal clássico.

A alternativa E está correta. Aqui está a confusão conceitual. A Defesa Social é um conceito típico do Positivismo Criminológico. Na Escola Clássica, a pena serve para punir o indivíduo que violou o contrato social (retribuição). Na Escola Positivista, a pena é vista como uma "medida de segurança" para proteger a sociedade de indivíduos "perigosos" (determinismo), tratando o criminoso como um enfermo social. Nesse sentido, afirmar que a Escola Clássica compartilha a perspectiva de "Defesa Social" com o Positivismo é um erro histórico. Os clássicos focavam na proteção do indivíduo contra o Estado, enquanto os positivistas focavam na proteção do Estado contra o indivíduo.

QUESTÃO 75. O Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) descreve no artigo 168, o crime de apropriação indébita, cominando pena de 1 a 4 anos de reclusão, e multa. Anos depois de sua promulgação, a Lei nº 9.983/2000 introduziu no artigo 168-A uma modalidade mais

especial deste crime, a chamada apropriação indébita previdenciária, com pena de reclusão de 2 a 5 anos, e multa. A previsão desta modalidade mais especial conta, no seu 529, com uma hipótese de extinção da punibilidade para os casos em que o agente "espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal".

Sobre estes fatos, analise as proposições a seguir:

I. A comparação entre os dois dispositivos permite concluir que o tipo do artigo 168-A está alinhado com o ideal de intervenção mínima, que enxerga a sanção penal como *ultima ratio*, inserida em uma perspectiva criminológica minimalista

II. A análise conjunta dos dois tipos penais permite refletir sobre seletividade penal e analisar criticamente o processo criminalizante, observando, sobretudo, quem faz e para quem são feitas as leis.

III. A crítica criminológica contida na diferença de tratamento para as condutas delituosas em questão deve impelir o Delegado de Polícia a aplicar analogicamente a hipótese de extinção da punibilidade à apropriação indébita comum, quando o bem apropriado for devolvido espontaneamente pelo autor do fato.

Está correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) II, apenas.

c) I, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crime de apropriação indébita.

Essa questão é passível de recurso, pois os itens I e II podem estar corretos. Vamos analisar item a item.

O item I está correto, também. Ao analisarmos este item, podemos concluir que há crítica a tipificação do art. 168-A, sendo que há a exclusão da punibilidade mediante "justificativa". Entretanto, o ideal de "intervenção mínima" sugere que o Estado deve punir menos e apenas o que é essencial. O fato de existir uma causa de extinção da punibilidade pelo pagamento mostra que o Direito Penal está sendo usado como um "cobrador de dívidas" eficiente, fugindo da ideia de *ultima ratio*.

O item II pode estar correto, também. Isso revela a seletividade: a lei oferece uma "saída de emergência" para crimes de colarinho branco que não oferece para crimes patrimoniais clássicos cometidos por

pessoas de baixa renda. O item, portanto, revela o tratamento privilegiado para crimes econômicos (seletividade).

O item III está incorreto. Este item é juridicamente impossível. O Delegado de Polícia está adstrito ao Princípio da Legalidade. Ele não pode "inventar" uma causa de extinção da punibilidade por analogia só porque acha a lei injusta. Se ele fizesse isso, estaria usurpando a função do Legislativo.

A alternativa A poder estar correta, também. Veja os comentários dos itens acima.

A alternativa B está correta. A extinção da punibilidade pelo pagamento evita o cárcere, respeitando a subsidiariedade do Direito Penal. Veja os comentários dos itens acima.

A alternativa C está incorreta. Aqui há a possibilidade de recurso. Os itens I e II podem estar corretos.

A alternativa D está incorreta. O item III não está correto.

A alternativa E está incorreta. O item III não está correto.

QUESTÃO 76. Apresentada por James Wilson e George Kelling em um artigo no ano de 1992 esta categoria sustenta que a tolerância a pequenos sinais de desordem e negligência no espaço urbano transmite a percepção de ausência de controle social, favorecendo a escalada de comportamentos desviantes e a ocorrência de crimes mais graves.

O trecho acima se refere

a) à teoria das janelas quebradas.

b) ao rotulacionismo (*labelling approach*).

c) à política criminal atuarial.

d) à política de tolerância zero.

e) ao movimento de lei e ordem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Teoria das Janelas Quebradas.

A alternativa A está correta. Formulada por Wilson e Kelling (1982), a teoria utiliza a metáfora de um edifício: se uma janela é quebrada e não é consertada, quem passa por ali conclui que ninguém se importa ou que não há autoridade. Isso leva à quebra de outras janelas e, eventualmente, à ocupação do prédio por criminosos. A lógica é: desordem gera crime. Se o Estado combate os pequenos delitos (vandalismo, pichação, vadiagem), ele impede a escalada para crimes graves.

A alternativa B está incorreta. O Labelling Approach foca na reação social. Ele diz que o crime é uma etiqueta colocada pelas instâncias de controle (polícia, justiça) em certos grupos. Não foca na conservação do espaço urbano, mas no impacto do rótulo de "criminoso" na vida do indivíduo.

A alternativa C está incorreta. Ela não foca na "janela quebrada", mas em usar estatísticas para identificar grupos de risco e gerenciar a segurança de forma eficiente e impessoal, muitas vezes focando apenas na contenção.

A alternativa D está incorreta. A Tolerância Zero (implementada por Rudolph Giuliani em Nova York nos anos 90) é a aplicação prática ou a política pública baseada nessa teoria. O enunciado pede a "categoria" apresentada no artigo, ou seja, a teoria científica.

A alternativa E está incorreta. O movimento Law and Order é uma vertente política mais ampla que defende o endurecimento das penas, a redução de garantias processuais e a punição severa como forma de dissuasão. Embora utilize ideias de controle, não se confunde com o estudo específico sobre desordem urbana de Wilson e Kelling.

QUESTÃO 77. Em 2009, os crimes contra a dignidade sexual tiveram alterações em suas redações.

Sobre o crime de estupro é correto afirmar que

a) atualmente o crime de estupro só pode ser cometido por um homem contra uma mulher pois um dos elementos do crime é a conjunção carnal.

b) o exame de corpo de delito para apuração de crime de estupro só pode ser realizado em mulheres.

c) a única forma de constatar que houve crime de estupro é através da constatação de lesão de hímen, tendo nexos causal com o evento alegado.

d) a presença de fosfatase ácida prostática no canal vaginal em quantidade superior a 300UI/mL é um sinal de certeza de conjunção carnal.

e) os entalhes são lesões himenais incompletas e sua presença pode tornar positivo o exame de estupro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crime de estupro.

A alternativa A está incorreta. Após a Lei nº 12.015/2009, o crime de estupro não exige conjunção carnal nem se restringe à relação homem-mulher, podendo ser praticado por qualquer pessoa, contra qualquer vítima, mediante constrangimento à prática de ato libidinoso, com ou sem penetração vaginal.

A alternativa B está incorreta. O exame de corpo de delito pode e deve ser realizado em qualquer vítima, inclusive homens, crianças e pessoas trans, não sendo exclusivo de mulheres.

A alternativa C está incorreta. A lesão do hímen não é condição indispensável para a comprovação do estupro, uma vez que o crime pode ocorrer sem ruptura himenal, especialmente nos atos libidinosos diversos da conjunção carnal.

A alternativa D está incorreta. Fosfatase ácida é diferente de glicoproteína P30, mais conhecida como PSA (Antígeno Prostático Específico), pois esta é uma proteína produzida pela próstata. A primeira é produzida tanto pelo homem, como pela mulher, sendo em concentrações bem maiores no sexo masculino.

A alternativa E está correta. Os entalhes himenais são lesões incompletas que, quando presentes, podem constituir achado positivo no exame sexológico, desde que avaliados à luz do contexto, da vitalidade da lesão e da correlação com os demais elementos periciais.

QUESTÃO 78. A estimativa do tempo de morte de um indivíduo é feita por meio da tanatologia.

Assinale a opção correta sobre a cronotanatognose.

a) O resfriamento do corpo é um fenômeno abiótico imediato, ou seja, perceptível imediatamente após a morte.

b) A rigidez cadavérica se dá no sentido crânio caudal, porém o diafragma e o músculo cardíaco entram em rigidez antes dos membros superiores.

c) A rigidez cadavérica se faz no sentido crânio caudal e se desfaz no sentido contrário.

d) Os livores de hipóstase começam a se fixar 12 horas após a morte.

e) A mancha verde abdominal aparece como marca do início da putrefação, nas primeiras 24 horas após a morte.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre rigidez cadavérica.

A alternativa A está incorreta. O resfriamento cadavérico é fenômeno abiótico consecutivo, não imediato. Embora se inicie logo após a morte, não é perceptível imediatamente.

A alternativa B está correta. A rigidez cadavérica realmente se instala no sentido crânio-caudal (Lei de Nysten), porém o diafragma e o miocárdio entram em rigidez antes dos demais músculos, inclusive antes dos membros superiores. O coração entra em rigidez precoce devido ao seu alto consumo de ATP e baixa reserva energética. Como ele trabalha continuamente, a depleção de ATP ocorre mais rapidamente após a morte, levando à sua rigidez antes dos músculos esqueléticos. O diafragma também obedece a mesma lógica

A alternativa C está incorreta. A rigidez cadavérica instala-se no sentido crânio-caudal e regride no mesmo sentido.

A alternativa D está incorreta. Os livores de hipóstase surgem entre 2 e 3 horas post mortem e se fixam entre 8 e 12 horas, não começando a se fixar apenas após 12 horas.

A alternativa E está incorreta. A mancha verde abdominal não possui prazo fixo para surgir nas primeiras 24 horas, inexistindo consenso absoluto, além de variar conforme condições ambientais e individuais. Em fetos e recém-nascidos, a putrefação não segue o padrão habitual, instalando-se nas cavidades naturais, com destaque para as vias respiratórias. Nos casos de afogamento, a mancha verde surge inicialmente na região superior e anterior do tórax, estendendo-se posteriormente à cabeça, em razão da posição declive do corpo no meio aquático.

QUESTÃO 79. Recentemente, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Julgando diferentes processos sob o rito de recursos repetitivos (Tema 1.258), fixou diversas teses sobre o alcance do artigo 226 do Código de Processo Penal que trata de reconhecimento de pessoas suspeitas de crimes.

Sobre o estabelecimento destes importantes critérios balizadores pela jurisprudência daquele Tribunal, analise os itens a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

(F) A técnica de show up, na qual se apresenta apenas a foto do suspeito para a testemunha ou vítima constitui um aprimoramento de produção desta prova, uma vez que diminui o risco do aparecimento de falsas memórias e a influência de estereótipos.

(V) A exibição de catálogos de suspeitos a partir da reunião criteriosa de fotos no momento do reconhecimento pessoal favorece a formação de um estereótipo de criminoso a partir de características raciais e culturais.

(V) O reconhecimento fotográfico defeituoso reforça estigmas sociais, o que se opõe à visão do positivismo criminológico

Os itens são, respectivamente,

a) F - V - V.

b) V - V - V.

c) F - F - V.

d) V - V - F.

e) F - V - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o reconhecimento de criminosos.

A alternativa E está correta. A sequência correta é: F - V - F. O show up (apresentar apenas uma pessoa ou uma foto) é considerado a forma mais perigosa de reconhecimento. O STJ (Tema 1.258) entende que essa técnica aumenta drasticamente o risco de falsas memórias, exatamente o contrário do que afirma o item: "O reconhecimento fotográfico ou pessoal inválido não poderá servir de base nem para a condenação, nem para decisões que exijam menor rigor quanto ao standard probatório, como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia"; Os famosos "álbuns de suspeitos" das delegacias muitas vezes são compostos majoritariamente por pessoas negras e periféricas que já tiveram passagens anteriores, mesmo por crimes leves; o Positivismo Criminológico (Lombroso, Ferri) defendia justamente a existência de um "criminoso nato" com características físicas específicas (estigmas). Portanto, o reconhecimento baseado em estereótipos concorda com a visão positivista, e não se opõe a ela.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa E.

QUESTÃO 80. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) estabelece uma série de cuidados no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Entre estes cuidados, o art. 10-A prevê o atendimento preferencial por policial do sexo feminino e não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato de forma desnecessária.

Esta previsão legal está alinhada com o objetivo de evitar a chamada

- a) vitimologia forense.**
- b) vitimização primária.**
- c) vitimização secundária.**
- d) vitimização terciária.**
- e) criminalidade de massa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a vitimização secundária. O foco aqui é o sofrimento imposto à vítima pelo próprio sistema que deveria protegê-la.

A alternativa A está incorreta. Não é um processo de sofrimento, mas sim o ramo da ciência que estuda a vítima no contexto judicial. Ela auxilia a justiça a entender a participação da vítima no crime e os danos sofridos. Portanto, não é algo a ser "evitado", mas sim aplicado. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. É o dano causado diretamente pelo crime. É o sofrimento (físico, psíquico ou patrimonial) provocado pelo agressor no momento da violência. No caso da Lei Maria da Penha, seria a agressão sofrida pela mulher em casa. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. É o sofrimento causado pelas instâncias de controle formal (polícia, judiciário, IML). Ocorre quando a vítima é tratada com descaso, julgada pelo que vestia, ou obrigada a repetir o trauma inúmeras vezes para pessoas diferentes. O Art. 10-A, §1º, III da Lei Maria da Penha busca justamente impedir que a mulher sofra esse "segundo golpe" ao ser interrogada sucessivamente ou por agentes sem preparo (por isso a preferência por policiais do sexo feminino). Vejamos: "Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. § 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada."

A alternativa D está incorreta. É o sofrimento causado pela falta de amparo social e pelo estigma da sociedade, amigos e familiares. Ocorre quando a vítima é isolada, ridicularizada ou culpada pelo grupo social após o crime. É o "abandono" da vítima pela sociedade. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Refere-se a crimes comuns e repetitivos que atingem a coletividade (furtos, pequenos roubos), não tendo relação direta com os processos psicológicos de vitimização descritos no enunciado. Veja o comentário da alternativa C.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)